

## REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE NISA



### RELATÓRIO V - RELATÓRIO AMBIENTAL

---

## Índice

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Objetivos e Metodologia da AA (E) .....</b>	<b>1</b>
<b>3</b>	<b>Identificação e entendimento do objeto de avaliação .....</b>	<b>5</b>
3.1	Identificação .....	5
3.2	Antecedentes .....	5
<b>4</b>	<b>Quadro de Referência Estratégico (QRE) .....</b>	<b>6</b>
<b>5</b>	<b>Questões Estratégicas e Grandes Opções do Plano .....</b>	<b>14</b>
5.1	Objetivos Específicos/Estratégicos da Revisão do Plano .....	14
<b>6</b>	<b>Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do Plano e os Instrumentos de Referência Estratégica .....</b>	<b>16</b>
<b>7</b>	<b>Fatores Ambientais e de Sustentabilidade (FA) .....</b>	<b>21</b>
7.1	Recursos naturais .....	21
7.1.1	Introdução .....	21
7.1.2	Objetivos e indicadores .....	22
7.1.3	Situação atual .....	23
7.1.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	27
7.1.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	27
7.1.6	Recomendações .....	29
7.2	Biodiversidade .....	29
7.2.1	Introdução .....	29
7.2.2	Objetivos e indicadores .....	30
7.2.3	Situação atual .....	30
7.2.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	32
7.2.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	33

---

7.8.6	Recomendações .....	34
7.3	Património cultural e paisagístico .....	34
7.3.1	Introdução .....	34
7.3.2	Objetivos e indicadores .....	35
7.3.3	Situação atual .....	36
7.3.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	38
7.3.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	38
7.3.6	Recomendações .....	40
7.4	Ordenamento e gestão do território .....	41
7.8.1	Introdução .....	41
7.8.2	Objetivos e indicadores .....	41
7.8.3	Situação atual .....	42
7.8.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	43
7.8.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	43
7.8.6	Recomendações .....	45
7.5	Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico .....	45
7.5.1	Introdução .....	45
7.5.2	Objetivos e indicadores .....	45
7.5.3	Situação atual .....	46
7.5.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	49
7.5.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	49
7.5.6	Recomendações .....	50
7.6	Saúde pública e Bem-estar .....	51
7.8.1	Introdução .....	51
7.8.2	Objetivos e indicadores .....	51
7.8.3	Situação atual .....	52

---

7.7	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	53
7.7.1	Avaliação Estratégica de Impactes .....	53
7.7.2	Recomendações .....	54
7.8	Riscos .....	55
7.8.1	Introdução .....	55
7.8.2	Objetivos e indicadores .....	55
7.8.3	Situação atual .....	56
7.8.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	62
7.8.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	62
7.8.6	Recomendações .....	63
7.9	Governança .....	64
7.9.1	Introdução .....	64
7.9.2	Objetivos e indicadores .....	64
7.9.3	Situação atual .....	65
7.9.4	Tendências de evolução sem revisão do PDM .....	66
7.9.5	Avaliação Estratégica de Impactes .....	66
7.9.6	Recomendações .....	67
<b>8</b>	<b>Análise integrada dos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade .....</b>	<b>67</b>
<b>9</b>	<b>Relação entre os Fatores Ambientais Relevantes para a AA (E) e os Objetivos Estratégicos do Plano .....</b>	<b>72</b>
<b>10</b>	<b>Execução e Monitorização .....</b>	<b>73</b>
<b>11</b>	<b>Notas Finais .....</b>	<b>74</b>
<b>12</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>75</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>76</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Objetivos do Quadro de Referência Estratégica .....	7
Tabela 2- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e a ENDS.....	17
Tabela 3- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PNPO.....	18
Tabela 4- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PROT Alentejo .....	19
Tabela 5- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PDM vigente .....	20
Tabela 6 – Indicadores para o fator Recursos Naturais .....	23
Tabela 7 - Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Recursos Naturais.....	28
Tabela 8 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Recursos Naturais .....	29
Tabela 9 - Indicadores para o fator Biodiversidade .....	30
Tabela 10 - Habitats cartografados no concelho de Nisa .....	32
Tabela 11 - Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Biodiversidade.....	33
Tabela 12 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Biodiversidade.....	34
Tabela 13 - Indicadores para o fator Património Cultural e Paisagístico .....	35
Tabela 14- Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Património cultural e paisagístico.....	39
Tabela 15 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Património cultural e paisagístico.....	40
Tabela 16 - Indicadores para o fator Ordenamento e gestão do território .....	42
Tabela 17- Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Ordenamento e gestão do território .....	44
Tabela 18 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Ordenamento e gestão do território .....	44

---

Tabela 19 - Indicadores para o fator Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico .....	46
Tabela 20 - Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico.....	49
Tabela 21 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico .....	50
Tabela 22 - Indicadores para o fator Saúde pública e Bem-estar .....	51
Tabela 23- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Saúde pública e Bem-estar.....	53
Tabela 24 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Saúde pública e Bem-estar .....	54
Tabela 25 - Indicadores para o fator Riscos.....	55
Tabela 26- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Riscos.....	63
Tabela 27 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Riscos.....	63
Tabela 28 - Indicadores para o fator Governança.....	65
Tabela 29- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental “Governança” .....	66
Tabela 30 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Governança .....	67
Tabela 31- Indicadores de gestão dos Fatores Ambientais .....	68
Tabela 32- Relação entre os Fatores Ambientais Relevantes e os Objetivos da Revisão do PDM	72

## 1 Introdução

O Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de junho transpõe para a legislação nacional as orientações comunitárias, Diretiva 2001/42/CE de 27 de junho e 2003/35/CE de 26 de maio, quanto à obrigatoriedade de execução de Avaliação Ambiental Estratégica, aplicada a planos e programas.

Reconhece-se a necessidade da execução de uma avaliação ambiental a montante dos projetos, numa fase embrionária do processo de decisão. Esta terá uma função estratégica de análise das opções e permitirá nortear e facilitar o processo de decisão, tornando-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O Decreto-lei 316/2007 de 19 de setembro procede à aplicação do regime jurídico da avaliação ambiental, no âmbito dos instrumentos de gestão territorial, de forma a incorporar nos procedimentos de elaboração, acompanhamento, participação pública e aprovação destes instrumentos, a análise sistemática dos seus efeitos ambientais.

Os PDM, dada a sua natureza estratégica, encontram-se sujeitos obrigatoriamente a AA (artigo 85.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º) do Decreto-lei 232/2007, de 15 de junho.

De acordo com o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do território DGOTDU/APA a AA(E) *deve estar integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um procedimento paralelo ou autónomo. Com efeito cada uma das etapas da AA(E) deve ser articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do plano a que respeita e com as respetivas metodologias. Em função da realidade existente, como refere o guia já mencionado, pretende-se ter a perceção das tendências de evolução, das orientações e das expectativas de desenvolvimento da comunidade, o que pressupõe uma análise detalhada, consistente e que fundamente as opções de desenvolvimento prioritárias.*

## 2 Objetivos e Metodologia da AA (E)

A Avaliação Ambiental Estratégica, é um instrumento de apoio à decisão aplicado, de acordo com as orientações das diretivas comunitárias, a planos e programas.

Permite a identificação, predição e avaliação de impactes e ainda a minimização de impactes negativos, que uma decisão estratégica ao nível destes PP (planos e programas) poderá ter sobre o ambiente e sobre a sustentabilidade.

Por outro lado, permite assegurar, nos estádios iniciais da execução destes instrumentos de natureza estratégica, a integração dos aspetos ambientais e de sustentabilidade e comparar opções alternativas de desenvolvimento, a tempo de incluir modificações e selecionar as hipóteses com menores efeitos negativos.

Contribui para um processo sistemático e encadeado de avaliação, que complementa o processo de planeamento/programação.

A abordagem a fazer na AA(E) da Revisão do PDM de Nisa, tendo por base o *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* publicado pela DGOTDU/APA), pelo que se apontam cinco fases para o desenvolvimento do processo:

- Fase A - Definição de âmbito e dos objetivos da AA (E), já elaborada e sujeita a Consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).
- Fase B - Identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas.
- Fase C - Elaboração do Relatório Ambiental (RA), com a formalização da Revisão do Plano.
- Fase D - Consulta pública, emissão da Declaração Ambiental (DA) e aprovação da Revisão do Plano. Fase que se articula com o desenvolvimento dos trabalhos que levam á formalização da proposta do Plano e parecer final da CA.
- Fase E - Execução e monitorização do plano.

A **Definição do Âmbito da AAE (Scoping)**, é o processo que visa determinar os parâmetros, as fronteiras e os fatores chave/críticos a serem integrados na avaliação. A atividade de decidir sobre as matérias que serão estudadas durante a AAE.

O *Scoping* é um processo iterativo, pelo qual a informação de base permitirá influenciar os objetivos da AAE e vice-versa. Os contributos do processo de consulta também deverão influenciar os objetivos e o âmbito da avaliação.

A definição do âmbito envolve os seguintes aspetos:

- Identificação dos objetivos da PPP (políticas, planos e programas);



- Relação com outras PPP;
- Identificação do sistema ambiental afetado e da informação relevante para a caracterização da situação de referência;
- Identificação de problemas ambientais e objetivos de proteção existentes;
- Proposta de objetivos e indicadores para a AAE;
- Identificação de alternativas de PPP razoáveis/equilibradas;
- Consulta junto das autoridades de AAE e dos interessados sobre a proposta de definição do âmbito da AAE;

No **Relatório Ambiental** (Diretiva nº 2001/42/CE / Decreto-Lei nº 232/2007), são identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, e do qual constam, atendendo à prévia definição do seu âmbito, os seguintes elementos:

- a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicados o plano ou programa;
- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua elaboração;
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e

longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;

f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa;

g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;

h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º;

i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.

Após a aprovação do plano ou programa, a câmara envia à Agência Portuguesa do Ambiente uma **Declaração Ambiental**, da qual conste:

i) A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa;

ii) As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;

iii) Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º ;

iv) As razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;

v) As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º.

Na **Avaliação e Controlo**, a câmara avalia e controla os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Os resultados do controlo são divulgados pela câmara através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual.

O presente documento corresponde ao **Relatório Ambiental**. Vem na sequência do Relatório de Definição de Âmbito e dos Objetivos da AA (E), que obteve parecer das entidades com responsabilidades ambientais específicas, a quem se considerou interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa, designadamente, a DGADR, ARH do Vale do Tejo, Camaras Municipais do Crato, Gavião, Vila Velha de Rodão e Castelo de Vide, ICNB, AFN, IGESPAR, CCDR Alentejo e a APA. Em anexo juntam-se os pareceres recebidos, tendo-se atendido á integração das sugestões apresentadas.

### **3 Identificação e entendimento do objeto de avaliação**

#### **3.1 Identificação**

O objeto da AAE é a Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa. O Aviso n.º 2119/2003 (2.ª série), publicado em 20 de março de 2003, tornou público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que em reunião ordinária da Câmara Municipal de Nisa, realizada no dia 5 de fevereiro de 2003, foi deliberado dar início aos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal. Havendo alguns estudos preliminares a fazer, estes trabalhos têm início em 2008.

#### **3.2 Antecedentes**

Vários foram os aspetos que indiciaram a necessidade da revisão do PDM. Em termos gerais pode-se enunciar a necessidade de:

- 1- Aprofundar e atualizar o conhecimento do território e aplicar cartografia digital atualizada;

- 2- Resolver situações de conflito, detetadas no PDM vigente. Sendo as relacionadas com a gestão dos perímetros urbanos, construção fora dos perímetros e gestão de atividades em áreas de REN, as que suscitaram maiores conflitos;
- 3- Reportar para o plano as indicações resultantes de estudos, projetos e planos de âmbito municipal ou intermunicipais efetuados;
- 4- Aplicar nesta revisão as alterações legais e regulamentares, com implicância no ordenamento do território, que ocorreram após a entrada em vigor do atual PDM;
- 5- Transpor para o plano, as orientações estratégicas dadas pelos instrumentos de planeamento de nível regional e nacional, que ocorreram após a sua entrada em vigor.

Por todos estes fatores, pela própria evolução da utilização do solo, bem como pela nova realidade socioeconómica do concelho, tornou-se evidente a necessidade de redefinir estratégias de atuação sobre o território.

## 4 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

A análise de outros Planos e Programas, *“Constitui o macroenquadramento estratégico da AAE, criando um referencial para avaliação. Reúne os macro-objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o objeto de avaliação em AAE estabelece relações, o que constitui também uma exigência legal.”*

O quadro de referência ajuda assim a definir o contexto ambiental e o papel do Plano alvo de AAE.

Foram selecionados como de referência estratégica para a Revisão do PDM de Nisa os instrumentos apresentados na tabela seguinte e foram sintetizados os seus objetivos de forma a permitir a sua validação com os objetivos da proposta de Revisão do PDM.

Tabela 1- Objetivos do Quadro de Referência Estratégica

	<b>PLANOS DE REFERÊNCIA:</b>	<b>OBJETIVOS:</b>
<b>Estratégias e políticas nacionais</b>	<b>Fundo Económico Europeu de Investimento - FEEI</b> Período de 2015 a 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, com dinamização da indústria e da produção agroflorestal e promovendo a investigação e a inovação e a transferência dos seus resultados para o tecido produtivo;</li> <li>— Reforço do investimento na educação e formação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional e, nesse contexto, reforço de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade, desenvolvimento do sistema de formação dual e de qualidade das jovens gerações,</li> <li>— Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social,</li> <li>— Reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono, em articulação com instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais,</li> <li>— Reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal, através da modernização da estrutura produtiva, da utilização mais eficiente dos recursos e da melhoria da organização da produção;</li> <li>— Apoio ao programa da reforma do Estado, assegurando que os FEEI possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.</li> </ul>
	<b>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015</b>  RCM n.º109/2007, de 20 de agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;</li> <li>- Crescimento sustentado e competitividade à escala global e eficiência energética;</li> <li>- Melhor ambiente e valorização do património natural;</li> <li>- Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;</li> <li>- Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;</li> <li>- Papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;</li> <li>- Administração pública mais eficiente e modernizada.</li> </ul>

	PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
	<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, paisagístico e cultural e utilização de modo sustentável dos recursos energéticos e geológicos e prevenção e minimização de riscos;</li> <li>- Reforço da competitividade territorial de Portugal e sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;</li> <li>- Promoção do desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforço das infraestruturas de suporte à integração e à coesão social;</li> <li>- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;</li> <li>- Reforço da qualidade e a eficiência da gestão territorial, promover a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.</li> </ul>
	<b>Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;</li> <li>- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;</li> <li>- Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.</li> </ul>
<b>Estratégias e programas nacionais de âmbito sectorial</b>	<b>Plano Desenvolvimento Rural para o Continente (PDR 2020)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal;</li> <li>- contribuir para o equilíbrio da balança comercial;</li> <li>- assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos,</li> <li>- assegurar a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural;</li> <li>- aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal, a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais;</li> <li>- o aumento da concentração da oferta e a promoção da gestão de riscos a que o setor é vulnerável.</li> </ul>

PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
<p><b>Plano Estratégico Nacional para o Turismo- PENT</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O produto core da região Alentejo é o Touring Cultural e Paisagístico, secundado pelo Sol e Mar. O Golfe, o Turismo Náutico, a Saúde e Bem-estar, os Resorts Integrados e Turismo Residencial e a Gastronomia e Vinhos constituem produtos diversificadores da oferta;</li> <li>- Crescimento em número e sobretudo em valor de turistas – misto de Turismo nacional e internacional;</li> <li>- Cross-selling com Lisboa;</li> <li>- Contraste entre tranquilidade e diversão saudável – nicho;</li> <li>- Aposta no Touring, Sol e Mar e Golfe (pólo Litoral Alentejano) para potenciar o crescimento do Turismo;</li> <li>- O desenvolvimento de produtos em zonas rurais será implementado tendo em conta a estratégia nacional para o desenvolvimento rural, nomeadamente quanto ao turismo em espaço rural.</li> </ul>
<p><b>Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação do solo e da água;</li> <li>- Fixação da população ativa nos meios rurais;</li> <li>- Recuperação das áreas afetadas;</li> <li>- Sensibilização da população para a problemática da desertificação;</li> <li>- Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.</li> </ul>
<p><b>Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Consolidar e reforçar as políticas, medidas e instrumentos de carácter sectorial previstos no PNAC 2006 e Novas Metas 2007;</li> <li>- Definir novas políticas, medidas e instrumentos com o objetivo de limitar as emissões " nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão", em articulação com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono;</li> <li>-Prever as responsabilidades sectoriais, o financiamento e os mecanismos de monitorização e controlo.</li> </ul>

	PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
	<p align="center"> <b>Programa Nacional            para o Uso Eficiente da            Água (PNUEA 2020)</b> </p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia;</li> <li>- Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca;</li> <li>- Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.</li> </ul>
	<p align="center"> <b>Plano Rodoviário Nacional 2000</b> </p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de potencialidades regionais</li> <li>-Potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários</li> <li>-Redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação</li> <li>- Satisfação do tráfego internacional</li> <li>-A adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objectivos do PRN85.</li> <li>- Melhorar a qualidade da rede rodoviária;</li> <li>- Atender à defesa ambiental em meio urbano;</li> <li>- Promover a implantação de dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infra-estruturas em causa;</li> <li>- Em articulação com os instrumentos de ordenamento do território são previstas variantes e circulares nos principais centros urbanos para acesso aos corredores nacionais de grande capacidade, melhorando as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego gerado nesses locais;</li> <li>- Como disposições especiais no sentido de promover a segurança rodoviária aos vários níveis da sua aplicação são criadas auditorias de segurança rodoviária, cujos resultados e recomendações serão traduzidos na elaboração anual do plano de segurança rodoviária.</li> <li>- Para melhorar a eficiência do sistema de circulação e transportes está prevista a instalação de sistemas inteligentes de informação e gestão de tráfego nos principais corredores de grande capacidade e nas áreas metropolitanas.</li> </ul>



	PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
Planos sectoriais de âmbito nacional	<b>Plano sectorial da Rede Natura 2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;</li> <li>- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;</li> <li>- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição de habitats presentes no Sítios e ZPE;</li> <li>- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;</li> <li>- Definir medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;</li> <li>- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores - Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.</li> </ul>
	<b>PNA Plano Nacional da Água</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras;</li> <li>- Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;</li> <li>- Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional do recurso e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a proteção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspetivas socioeconómica;</li> <li>- Promover a racionalização, a otimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspetivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a convenção de Albufeira;</li> <li>- Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos - Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos.</li> </ul>

	PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
	<p><b>Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.</li> <li>- Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.</li> <li>- Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.</li> <li>- Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.</li> <li>- Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando -se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem</li> </ul>
	<p><b>Estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (PENSAAR 2020)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a nova estratégia para o setor nos pilares em que assentaram os anteriores planos estratégicos para o setor, designadamente o PEAASAR I (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006) e o PEAASAR II para o período 2007-2013 (Universalidade, continuidade e qualidade do serviço; Sustentabilidade do setor; Proteção dos valores da saúde pública e ambientais);</li> <li>- Definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes – técnica, ambiental, económica, financeira e social;</li> <li>- Criar uma estratégia dinâmica cuja implementação possa ser assegurada através de um Grupo de Apoio à Gestão (GAG).</li> <li>- Contribuir para um setor de excelência com desempenho elevado num contexto que exige também solidariedade e equidade, permitindo conciliar forças potencialmente divergentes intrínsecas a um setor que produz um bem económico e social</li> </ul>
enquadramento regional	<p><b>Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração Territorial e Abertura ao Exterior;</li> <li>- Conservação e Valorização do ambiente e do Património Natural;</li> <li>- Diversificação e Qualificação da Base Económica Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural.</li> </ul>

	<b>PLANOS DE REFERÊNCIA:</b>	<b>OBJETIVOS:</b>
	<p align="center"><b>Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF – AA)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;</li> <li>- Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;</li> <li>- Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região;</li> <li>- Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;</li> <li>- Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;</li> <li>- Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.</li> </ul>
	<p align="center"><b>Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais atuais associadas à qualidade dos meios hídricos, resultantes do não cumprimento da legislação nacional e comunitária ou de compromissos internacionais aplicáveis na presente data;</li> <li>- Resolver outras carências e atenuar outras disfunções ambientais atuais associadas à qualidade dos meios hídricos;</li> <li>- Adaptar as infraestruturas associadas à despoluição dos meios hídricos e os respetivos meios de controlo à realidade resultante do desenvolvimento socioeconómico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água;</li> <li>- Proteger e valorizar meios hídricos de especial interesse, com destaque para as origens destinadas ao consumo humano;</li> <li>- Caracterizar, controlar e prevenir os riscos de poluição dos meios hídricos;</li> <li>- Aprofundar o conhecimento relativo a situações cuja especificidade as torna relevantes no âmbito da qualidade da água;</li> <li>- Desenvolver e/ou aperfeiçoar sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados sobre aspetos específicos relevantes em relação dos meios hídricos.</li> </ul>

	PLANOS DE REFERÊNCIA:	OBJETIVOS:
	<b>Plano de Ação Alto Alentejo 2020</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação do território;</li> <li>- Inovação e formação de competências;</li> <li>- Atratividade de investimento e Reestruturação de Atividades económicas;</li> <li>- Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira);</li> <li>- Governação estratégica em rede.</li> </ul>
<b>Planos de enquadramento Municipal</b>	<b>Plano Diretor Municipal de Nisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover condições que assegurem a fixação da população;</li> <li>- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização socioprofissional do concelho;</li> <li>- Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho;</li> <li>- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal;</li> <li>- Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património, ambiental, paisagístico e histórico;</li> <li>- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado;</li> <li>- Complementar o quadro programado de infraestruturas básicas;</li> <li>- Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e Regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias;</li> <li>- Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana;</li> <li>- Implementação do Plano Diretor Municipal, como instrumento de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado.</li> </ul>

## 5 Questões Estratégicas e Grandes Opções do Plano

### 5.1 Objetivos Específicos/Estratégicos da Revisão do Plano

A ATRATIVIDADE / FIXAÇÃO / EMPREGO / FORMAÇÃO são os objetivos gerais que expressam uma vontade do Concelho em potenciar os seus recursos numa lógica qualitativa, associando a saúde e o lazer a uma cultura de território que permita tomar consequentes o bem-estar físico e psíquico do indivíduo, potenciando as condições

excepcionais da paisagem, dos recursos locais e dos valores construídos e apostando numa outra dimensão das condições de recetividade. Os vetores de Desenvolvimento traduzem-se na Recetividade, Sustentabilidade da paisagem, Recursos locais, Sustentabilidade dos aglomerados, Coesão social e confiança nas oportunidades.

A estes objetivos gerais correspondem um conjunto de objetivos estratégicos, abaixo identificados e descritos e que servem de referência para a presente AAE:

#### AUMENTAR A ATRATIVIDADE DO CONCELHO

- Reforço da condição de exceção de Nisa;
- Reforço do efeito difusor do Complexo Termal sobre novas formas de desfrute do território e seus valores;
- Afirmação no contexto sub-regional promovendo a complementaridade de programas de interação cultural e territorial.

#### PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM:

- Defesa da biodiversidade;
- Reforço da relação das formas de ocupação humana com a paisagem;
- Qualificar a paisagem através da exaltação das suas capacidades produtivas.

#### EVIDENCIAR OS RECURSOS LOCAIS PRÓPRIOS DO TERRITÓRIO:

- Seleção e qualificação de fileiras produtivas e fileiras culturais ligadas à identidade dos lugares;
- Procura de novas formas de conjugação entre tradição e inovação;
- Promoção da imagem dos recursos locais enquanto produto de sistema equilibrado de aproveitamento das condições próprias do Concelho.

#### FOMENTAR A SUSTENTABILIDADE DOS AGLOMERADOS

- Qualificação do espaço público e recuperação de edificado;
- Procura de novas formas de autonomia relativamente às dependências dos sistemas convencionais energéticos e infraestruturais;
- Oportunidade de gestão integrada.

#### PROMOVER A COESÃO SOCIAL E A CONFIANÇA NAS OPORTUNIDADES

- Melhoria das condições de vida que permitam a fruição de serviços de apoio;
- Apoiar as iniciativas que estimulem o desenvolvimento e conduzam ao reforço da capacidade empresarial e à criação de emprego;
- Potenciar a fixação de valores da qualificação dos produtos, da formação/educação dos recursos humanos e da requalificação da estrutura de povoamento.

#### PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

- Minimização dos riscos naturais e tecnológicos.

## 6 Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do Plano e os Instrumentos de Referência Estratégica

O objetivo desta análise é o de verificar o cumprimento das orientações relevantes e a coerência no cumprimento das mesmas, detetando e evitando, sempre que se justifique, eventuais conflitos. Para proceder a esta relação executaram-se tabelas de dupla entrada.

De entre os Planos de Referência identificados são considerados para a execução dos quadros de relação a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo).

A ENDS 2015, por ser um documento estratégico integrador, que faz a projeção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Reformas (PNACE), do Plano Tecnológico (PT), do PNPOT e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

Os PNPOT e PROT por serem os instrumentos que definem o quadro estratégico para o desenvolvimento do território e estabelecem as diretrizes a considerar no ordenamento municipal.

No preenchimento das tabelas foram considerados três níveis de relação na análise efetuada, “Relação direta”, quando se verifica uma correspondência clara entre os objetivos da Revisão do PDM e as orientações dos instrumentos de planeamento em análise, “relação

indireta” quando o enquadramento nas orientações referidas é perceptível mas não de forma direta e “relação indireta fraca”, quando a relação é praticamente inexistente, embora não seja negativa ou contraditória.

É, assim, permitido verificar a consonância das premissas base (objetivos) da Revisão do PDM de Nisa, com as orientações dos Planos de ordem superior.

Relacionam-se, por último, os objetivos da Revisão do PDM com os que estiveram na base da elaboração do PDM em vigor, numa ótica prospetiva e de avaliação.

Tabela 2- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e a ENDS

Objetivos Revisão PDM	ENDS						
	Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”	Crescimento sustentado e competitividade à escala global e eficiência energética	Melhor ambiente e valorização do património natural	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território	Papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional	Administração pública mais eficiente e modernizada
Aumentar a atratividade do concelho							
Promover a sustentabilidade da paisagem							
Evidenciar os Recursos locais próprios do território							
Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados							
Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades							
Prevenção de riscos naturais e tecnológicos							

Relação direta Relação indireta Relação indireta fraca



















Tabela 3- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PNPOP

Objetivos Revisão PDM	PNPOP				
	- Conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, paisagístico e cultural e utilização de modo sustentável dos recursos energéticos e geológicos e prevenção e minimização de riscos;	- Reforço da competitividade territorial de Portugal e sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;	- Promoção do desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforço das infraestruturas de suporte à integração e à coesão social;	- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;	- Reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial, promover a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.
<b>Aumentar a atratividade do concelho</b>					
<b>Promover a sustentabilidade da paisagem:</b>					
<b>Evidenciar os recursos locais próprios do território:</b>					
<b>Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados</b>					
<b>Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades</b>					
<b>Prevenção de riscos naturais e tecnológicos</b>					

Relação direta Relação indireta Relação indireta fraca



Tabela 4- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PROT Alentejo

Objetivos Revisão PDM	PROT Alentejo		
	- Integração Territorial e Abertura ao Exterior;	- Conservação e Valorização do ambiente e do Património Natural;	- Diversificação e Qualificação da Base Económica. Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural.
Aumentar a atratividade do concelho			
Promover a sustentabilidade da paisagem			
Evidenciar os recursos locais próprios do território			
Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados			
Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades			
Prevenção de riscos naturais e tecnológicos			

Relação direta



Relação indireta



Relação indireta fraca



Tabela 5- Relação entre os Objetivos Estratégicos de Revisão do PDM e o PDM vigente

Objetivos Revisão PDM	Objetivos P D M de Nisa									
	- Promover condições que assegurem a fixação da população;	- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização socioprofissional do concelho;	- Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho;	- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal;	- Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património, ambiental, paisagístico e histórico;	- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado;	- Complementar o quadro programado de infraestruturas básicas;	- Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e Regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias;	- Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana;	- Implementação do Plano Diretor Municipal, como instrumento de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado
<b>Aumentar a atratividade do concelho</b>										
<b>Promover a sustentabilidade da paisagem</b>										
<b>Evidenciar os recursos locais próprios do território:</b>										
<b>Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados</b>										
<b>Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades</b>										
<b>Prevenção de riscos naturais e tecnológicos</b>										

Relação direta



Relação indireta



Relação indireta fraca



Da análise das tabelas verificamos que os objetivos definidos para a Revisão do PDM se enquadram no estabelecido nos Planos de Referência, havendo uma relação positiva, mais ou menos direta, com os seus objetivos.

Da relação com os objetivos do PDM vigente verifica-se também, na generalidade, uma correspondência positiva. Tal evidencia uma preocupação, já subjacente, com o aproveitar e potenciar os recursos endógenos, numa perspetiva de melhorar a condição de vida da população e de atração do concelho. Os objetivos traçados para a Revisão do PDM evidenciam no entanto, uma estratégia de desenvolvimento local, regulada pelas novas políticas locais, regionais e nacionais. Na generalidade os objetivos definidos na elaboração do PDM vigente têm uma relação positiva.

## **7 Fatores Ambientais e de Sustentabilidade (FA)**

Tendo como ponto de partida os fatores ambientais referenciados na legislação Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de junho (artigo 6º, alínea e), do ponto 1) e atendendo ao resultado da relação estabelecida no ponto 6, foram identificados os Fatores Ambientais e de Sustentabilidade considerados relevantes para a Revisão do PDM de Nisa.

Para cada FA faz-se uma breve introdução, descrevem-se os objetivos e os indicadores, faz-se uma descrição da situação atual e identificam-se as tendências de evolução sem a aplicação das medidas previstas na revisão do PDM (sem Plano). Posteriormente faz-se uma avaliação dos objetivos do Plano (revisão do PDM), cruzando estes objetivos com os objetivos da AA (E) e por fim revelam-se as principais recomendações, depois de verificar as vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do Plano no que respeita ao fator ambiental em questão.

### **7.1 Recursos naturais**

#### **7.1.1 Introdução**

A preservação e requalificação dos recursos naturais são a base fundamental para a manutenção da sustentabilidade e equilíbrio do sistema ambiental. Deve ser fomentada a

gestão adequada da sua utilização de forma a minimizar os impactes ambientais negativos e promover o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A “Estratégia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais”, documento elaborado em 2005 pela Comissão Europeia, propõe uma série de medidas específicas, para um horizonte de 25 anos, que promovem a utilização mais sustentável dos recursos naturais, a fim de reduzir os impactos ambientais. Esta estratégia visa criar mais valor com menos recursos (aumentar a produtividade dos recursos), reduzir o impacto ambiental global dos recursos utilizados (aumento da ecoeficiência) e a substituição dos recursos utilizados atualmente por alternativas melhores, para uma utilização mais ecológica.

Este Fator ambiental visa avaliar o contributo do Plano para a preservação, requalificação e utilização sustentável dos seguintes recursos naturais existentes no concelho:

- Recursos hídricos (de superfície e subterrâneos);
- Recursos geológicos, minerais e hidrominerais;
- Recursos energéticos renováveis;
- Solo.

### 7.1.2 Objetivos e indicadores

#### Objetivos:

- Preservação e requalificação de recursos hídricos e hidrominerais;
- Proteção, requalificação e utilização sustentável dos recursos geológicos e mineiros;
- Aproveitamento energético dos recursos renováveis;
- Utilização racional de energia;
- Salvaguarda dos solos com boa capacidade de produção agrícola.

**Indicadores:**

Tabela 6 – Indicadores para o fator Recursos Naturais

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Qualidade da água para usos múltiplos	% de análises com indicadores de valor acima dos paramétrico fixado por Lei
Recuperação e manutenção de linhas de água	Verbas municipais aplicadas na promoção de ações de desobstrução de linha de água e manutenção/recuperação de vegetação ripícola
Pedreiras abandonadas	% / N.º de pedreiras abandonadas recuperadas ou reabilitadas
Teor de radioatividade no meio ambiente	Valores indicativos de radioatividade no meio
Identificação e promoção de estratégias energético-ambientais	Verbas municipais aplicadas na promoção de estratégias energético-ambientais
Consumo de energias renováveis	% de energias renováveis no consumo de energia
Sensibilização para a utilização racional de energia	Nº de ações sensibilização promovidas pelo município Ou em parceria com outras entidades
Solos com boa capacidade agrícola (RAN)	% dos solos com boa capacidade agrícola afetos a outros usos

### 7.1.3 Situação atual

- Recursos hídricos

O município de Nisa encontra-se inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. Está delimitado a N-NW pelo principal rio desta bacia, no qual todas as linhas de água que nascem em território municipal ou que passam por ele vão confluir e a NE pelo Rio Sever que materializa a fronteira com Espanha.

O Rio Tejo, nas condições naturais associadas ao Alto Tejo, caracterizava-se por ter um leito estreito e sinuoso que durante as cheias elevava a grandes alturas as águas contidas pelas margens altas e íngremes. No entanto, com a construção das barragens de Fratel e de Belver, o regime fluvial atual do Alto Tejo encontra-se profundamente modificado, sendo agora visível um leito largo, de águas calmas, que não se encontra sujeito ao regime de cheias como anteriormente. O mesmo acontece com o Rio Sever após a construção da Barragem de Cedillo.

No território municipal encontram-se 5 Sub-bacias hidrográficas principais, das quais quatro drenam na direção SE-NW, para afluentes diretos do Tejo (rio Sever, ribeiras de Nisa, Figueiró, Fivenco, Palhais, Alferreira e Ficalho) e apenas uma drena na direção NE-SW, para a ribeira de Sor, afluente do Rio Sorraia (também afluente do Tejo).

Tanto nas formações graníticas como nas de xistos, os cursos de água que estão próximos da sua curva de equilíbrio têm um fraco poder de transporte, pelo que o caudal sólido que conseguem arrastar é de pequeno calibre. Os vales encaixados resultam do material já levado pelos rios e ribeiras, testemunho de elevado poder de transporte verificado anteriormente.

Em relação ao regime de escoamento, apenas os rios Tejo e Sever se consideram de regime permanente. As ribeiras de Nisa e Figueiró, a admitir-se tal regime, só será à custa do seu caudal subalveolar. Os outros cursos de água têm um regime temporário, por vezes de comportamento torrencial.

É notória a degradação da vegetação ripícola e a obstrução do leito de algumas linhas de água. A falta de proteção e valorização das linhas de drenagem natural contribui para a degradação do sistema biofísico ao nível do ciclo da água, sendo também um problema a integrar em medidas de dinamização e reabilitação ambiental. Não existem dados de medição da qualidade da água dos rios e ribeiras, não sendo o controlo de qualidade da mesma uma prática existente.

No que respeita aos recursos hídricos subterrâneos, de acordo com o estudo “Recursos Geológicos e Hidrogeológicos do Município de Nisa”, a produtividade “característica” da região é de 0.5 a 1.0 l/s no caso dos granitos e de 1.0 a 1.5 l/s no caso dos xistos.

Devido à fraca produtividade, o concelho não está incluído em nenhum dos Sistemas Aquíferos identificados no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. Inclui apenas uma área de “potencial interesse hidrogeológico” designada por “Granitos da Região de Nisa - Castelo de Vide” que cobre a metade Sul do concelho.

No Anuário de Recursos Hídricos do Alentejo, 2003/2004, são identificadas duas áreas para Nisa: o Setor Pouco Produtivo dos Granitos de Nisa, Portalegre e Santa Eulália e o Setor Pouco Produtivo Amieira-Montalvão.

Do ponto de vista físico-químico e hidrodinâmico das águas subterrâneas de Nisa, e a partir do inventário dos pontos pertencentes à rede de abastecimento da Câmara Municipal de Nisa realizado pelo LNEG, indicam-se os seguintes dados:

Nas águas captadas nos granitos, de uma forma geral, o sódio e o cálcio são os cátions dominantes e o bicarbonato é o anião predominante. São águas fracamente mineralizadas, com valor médio de resíduo seco de 267 mg/l e de pH de 6.8. Apresentam baixa concentração em nitrato, à exceção da água do furo de Vila Flor – Amieira, que apresentou, em fevereiro de 2006, valor acima do valor paramétrico fixado por Lei, de 50 mg/l.

No caso concreto do recurso hidromineral das Termas da Fadagosa de Nisa, de acordo com a análise físico-química realizada à água do furo ACP4 das Termas de Nisa, único furo legalizado no âmbito do plano de exploração aprovado para este recurso, o valor de resíduo seco é de 310 mg/l e o de pH de 8.19. Trata-se de uma água fracamente mineralizada, sulfúrea, bicarbonatada sódica, com uma temperatura de 19°C.

Nas águas captadas nas rochas xistentas, xistos mosqueados e corneanas da região predominam os cátions sódio, cálcio e magnésio e os aniões bicarbonato e o cloreto. Estas águas, embora sejam igualmente classificadas como fracamente mineralizadas, são mais mineralizadas que as dos granitos, com valor médio de resíduo seco de 310 mg/l. As águas captadas nos quartzitos são hipossalinas, cloretadas sódicas.

No respeitante à ocorrência de minérios de urânio, as análises realizadas para a determinação deste elemento em algumas das águas das captações inventariadas mostram que em todas as amostras executadas o valor determinado de urânio é inferior a 25 µg/L.

O documento da World Health Organization intitulado “Guidelines for Drinking-Water quality, 3rd edition” refere um limite de urânio provisório de 0.015 mg/L (15 µg/L). Este valor é provisório, ainda de acordo com o estudo, dadas as incertezas ainda existentes acerca da toxicologia e epidemiologia deste elemento.

O estudo em referência menciona ainda que os valores de urânio em águas de abastecimento público são geralmente inferiores a 1 mg/L. Verificamos que as águas das captações amostradas se enquadram nesta ordem de valor.

#### - Recursos geológicos e minerais

Os Recursos Geológicos com maior potencial económico são as reservas de recurso mineral energético (minérios de urânio) e os granitos na sua fácies Alpalhão, Nisa e Gáfete. Em menor escala (a nível local), de referir o aproveitamento económico dos saibros, britas e argilas.

A reserva de urânio com maior representatividade é o Jazigo uranífero de Nisa, localizado a 2,5 km da Vila de Nisa, embora este mineral se distribua por outros jazigos ao longo da parte sul do território concelhio, estendendo-se inclusivamente pelo concelho de Castelo de Vide. A sua exploração terá necessariamente que ser equacionada pelo cruzamento dos aspetos económicos, culturais, de saúde pública e estratégias de desenvolvimento baseadas no aproveitamento sustentado dos recursos naturais e patrimoniais.

O setor dos granitos, neste momento, passa por dificuldades que advêm essencialmente de concorrência de mercado e alguma inércia na procura de novas aplicações e tipologias de mercado, problema que se estende também aos outros produtos e valores locais. A excelência dos produtos e as reservas e potencialidades ainda existentes desafiam a apostar na sua investigação de forma a aliar a tradição á inovação.

De acordo com a legislação em vigor as explorações estão sujeitas a estudo de enquadramento paisagístico e Avaliação de Impacto Ambiental

#### - Recursos energéticos renováveis

O clima de cariz mediterrânico proporciona grandes potenciais no concelho a nível da exploração económica de energias renováveis.

No que se reporta às energias alternativas e eficiência energética, estão a decorrer estudos para o concelho (projetos próprios da câmara – “Projeto Nisa – ecoeficiente” ou em parceria com a CIMAA e a AREANATEJO) que permitirão ter dados concretos sobre as potencialidades, utilizações/produções do concelho e boas práticas. Não existindo resultados concludentes nesta fase, permitem no entanto considerar o território concelhio com boas aptidões para a utilização do sol, do vento e da biomassa como fonte de energia e com apetência para se tornar uma referência em termos de sustentabilidade e eficiência energética.



#### - Solo

Identifica-se uma considerável pobreza dos solos quanto à sua capacidade de uso, os solos mais ricos - classes A e B – são extremamente reduzidos, o que reflete a fraca apetência agrícola dos solos, impulsionando para o aproveitamento florestal e de pastagens naturais.

As características biofísicas, relacionadas com declives acentuados a muito acentuados, aliadas à plantação de monoculturas, com destaque para a floresta de eucaliptos, apontam para uma área considerável de solos com elevados riscos de erosão. É necessário fazer um ordenamento florestal adequado às características do território, bem como utilizar práticas silvícolas e agrícolas que contribuam para a melhoria da estrutura dos solos e, conseqüentemente, para uma redução da sua erosão.

#### **7.1.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM**

A evolução da qualidade ambiental dos recursos naturais, sem a presente revisão do PDM, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez que a implementação do Plano visa a realização de medidas e ações de proteção, recuperação, monitorização e uso sustentável dos recursos. Nomeadamente recuperação e manutenção de vegetação nas linhas de água, proteção de aquíferos (zonas de infiltração máxima REN), faixas de proteção às linhas de água, marcação das reservas de recursos geológicos e mineiros, proteção do solo com maior capacidade agrícola, orientações para ocupação agroflorestal.

#### **7.1.5 Avaliação Estratégica de Impactes**

A Tabela 7 faz a síntese do impacte dos objetivos do PDM nos objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Recursos Naturais”, utilizando uma escala que representa o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre eles e que se traduz em três níveis positivos (de complementaridade) e três níveis negativos (de conflito), podendo também não se verificar qualquer contribuição/conflito ou ser insignificante ao ponto de não merecer destaque na tabela.

Tabela 7 - Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Recursos Naturais

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Recursos Naturais)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Preservação e requalificação de recursos hídricos e hidrominerais						
Proteção, requalificação e utilização sustentável dos recursos geológicos e mineiros						
Aproveitamento energético dos recursos renováveis						
Utilização racional de energia						
Salvaguarda dos solos com boa capacidade de produção agrícola						

Complementaridade: Forte Média Fraca Conflito: Forte Médio Fraco

Vantagens e desvantagens das **ações de intervenção territorial do PDM** no que respeita ao fator ambiental “**Recursos naturais**”, tendo como ponto de partidas o conjunto de objetivos estratégicos inerentes ao ponto 5.1.

Tabela 8 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Recursos Naturais

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
Identificação/reconhecimento dos recursos naturais como valores locais, a preservar e explorar.	Riscos de poluição ambiental com algumas explorações.
Propostas de aproveitamento dos recursos naturais. (recursos minerais e hidrominerais; geológicos; linhas de água; vento).	População pouco esclarecida e envelhecida. Abandono das terras.
Sensibilização da população para a importância da preservação dos recursos naturais	A nível do poder local, dificuldade de intervenção e controlo na defesa e gestão dos recursos naturais. (pouca intervenção nos Planos das bacias hidrográficas; cada vez maior distanciamento na gestão agroflorestal do território)

### 7.1.6 Recomendações

Aposta no correto ordenamento do território, promovendo-o de acordo com as potencialidades do território e defesa dos recursos naturais.

Criação de gabinete de apoio, que promova a divulgação, sensibilização e formação dos agentes económicos e população em geral quanto às medidas e ações de proteção, recuperação, monitorização e uso sustentável dos recursos.

Garantir fiscalização municipal mais eficaz, dentro das competências que legalmente lhe são atribuídas.

## 7.2 Biodiversidade

### 7.8.1 Introdução

O Fator Biodiversidade permite avaliar o contributo do Plano para a preservação e conservação da fauna, flora e *habitats* naturais e seminaturais presentes no concelho. Para cumprimento destes pressupostos deverão ser seguidas as orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000, que visa assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagens.

## 7.8.2 Objetivos e indicadores

### Objetivos:

- Preservação e conservação da fauna, da flora e dos habitats naturais e seminaturais.

### Indicadores:

Tabela 9 - Indicadores para o fator Biodiversidade

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Sítios da Rede Natura 2000	% da área do concelho ocupada por Sítios da Rede Natura 2000
Habitats Prioritários (Charcos temporários, Subestepes de gramíneas) e Habitats de importância regional (sobreiro, azinheira, carvalho, montado, zimbro)	% da área do concelho ocupada por Habitats prioritários e de importância regional no concelho
Ações de valorização e promoção da biodiversidade	Despesas municipais (verbas aplicadas em ações de valorização) ou n.º de ações desenvolvidas por ano

## 7.8.3 Situação atual

O Concelho de Nisa possui uma elevada riqueza ecológica, tanto no que concerne à flora e fauna como a nível de *habitats* naturais e seminaturais. Esta riqueza é proporcionada pela heterogeneidade do Concelho em termos climáticos e geomorfológicos e revelada pela forte dicotomia entre a metade Norte (caracterizada por grandes zonas florestais) e a metade Sul (tipicamente mediterrânica).

Em relação à vegetação observa-se uma dominância das espécies mediterrânicas adaptadas ao período de seca estival característico da região, seguidas pelas espécies atlânticas que confirmam a influência da proximidade de zonas de maior altitude (com um clima mais frio e húmido). Estão presentes numerosos endemismos, muitos dos quais protegidos por legislação nacional e/ou internacional.

A riqueza e diversidade da paisagem também se refletem na fauna. Assim, a comunidade de Aves nas zonas meridionais e nascente do concelho surge com uma mistura de espécies típicas de montado, das grandes extensões de sequeiro e das espécies com capacidade para explorarem *habitats* com maior presença humana, contrapondo-se à comunidade de aves mais próximas do Rio Tejo, concentrada nas grandes zonas florestais do norte do concelho. A presença do Rio Tejo e das formações geológicas associadas, como as Portas do Ródão, reúne as condições necessárias à presença de uma comunidade estável de Grifos (*Gyps fulvus*), bem como a presença e nidificação da Cegonha Negra (*Cicconia nigra*), entre outras espécies de aves rupícolas com elevado interesse.

No que respeita ao grupo dos mamíferos, merece referência o rato-de-cabrera e a lontra, entre outras comunidades animais raras. É também uma área de ocorrência histórica de linco-ibérico que mantém características adequadas à recuperação da espécie e à sua reintrodução a médio/longo prazo.

As áreas do Concelho que se encontram sujeitas a uma maior pressão humana, à qual está associado um acentuado grau de degradação dos *habitats*, como é o exemplo do elevado encabeçamento de algumas zonas de Montado, com uma forte degradação do sub-coberto, levam à conseqüente diminuição da riqueza faunística a nível dos invertebrados e mamíferos. A degradação do sub-coberto efetuada por sobre-pastoreio ou por remoção direta deve ser evitada, devendo condicionar-se, sempre que possível, a limpeza de mato e selecionar processos menos lesivos de remoção dos estratos herbáceo e arbustivo, pois a existência de um sub-coberto bem estruturado parece influenciar de forma positiva os valores de riqueza de muitos dos grupos faunísticos.

No concelho de Nisa, existem como espécies de fauna ameaçadas (Criticamente em Perigo - CR, Em Perigo - EN e em situação Vulnerável - VU): 4 das 9 espécies de peixes; 1 das 16 espécies de répteis; 31 das 144 espécies de aves; 6 das 34 espécies de mamíferos; os anfíbios não apresentam espécies ameaçadas.

Cerca de metade da área do território municipal de Nisa encontra-se classificada na Rede Natura 2000, com Sítios de Interesse Comunitário, nomeadamente com o Sítio Nisa/Laje da Prata, quase na sua totalidade, e parte do Sítio de São Mamede.

#### Habitats naturais e seminaturais (Dec. Lei n.º 49/2005)

Encontram-se cartografados 16 *habitats* naturais e seminaturais no território municipal, que cobrem cerca de metade da área correspondente aos sítios, dos quais 3 são prioritários.

Tabela 10 - Habitats cartografados no concelho de Nisa

<i>Habitat</i>
<b>*3170</b> – Charcos temporários mediterrânicos
4030 - Charnecas secas europeias
5210 – Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp.</i>
5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos
<b>*6220</b> - Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6310 - Montado de <i>Quercus spp.</i> de folha perene
9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9330 – Florestas de <i>Quercus suber</i>
Galerias ripícolas (3280, 3290, <b>*91B0</b> , 91E0, 92A0)
<i>Habitats</i> rochosos (8220, 8230, 8310)

\* - *Habitat* prioritário

O *habitat* mais representativo no concelho, em termos de área, é o montado de sobro e de azinho, sendo que algumas áreas denotam um acentuado grau de degradação, com subcoberto arbustivo nulo e baixo coberto arbóreo. A degradação dos montados deve-se principalmente à sobre-exploração e a práticas silvícolas e de gestão incorretas que deverão ser evitadas e corrigidas, de forma a proteger este importante sistema agro-silvo-pastoril. Salienta-se ainda o facto do concelho de Nisa possuir uma extensa área de carvalhal luso-estremadurense, a maioria transformada em montados que mantêm um elevado interesse conservacionista. Realça-se também os *habitats* prioritários referentes aos Charcos temporários mediterrânicos, às sub-estepes de gramíneas e galerias ripícolas, de grande interesse do ponto de vista ecológico.

#### 7.8.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM

A evolução das componentes associadas à Biodiversidade, sem a presente revisão do PDM, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez que as técnicas agrossilvo-pastoris nem sempre são as adequadas às características do território. É necessário aplicar






medidas de gestão e proteção de habitats, que promovam a proteção da fauna e flora locais, aumentando a biodiversidade.

A delimitação da estrutura ecológica municipal e urbana e a regulamentação das áreas afetadas é fundamental para a preservação e conservação da fauna, da flora e dos habitats naturais e seminaturais, essenciais para a dinâmica e revitalização do concelho, sem a qual este tenderá para uma perda contínua da biodiversidade.

### 7.8.5 Avaliação Estratégica de Impactes

A Tabela 11 faz a síntese do impacto dos objetivos do PDM no objetivo da AA(E) identificado para o fator ambiental “Biodiversidade”, utilizando uma escala que representa o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre eles e que se traduz em três níveis positivos (de complementaridade) e três níveis negativos (de conflito).

Tabela 11 - Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Biodiversidade

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Biodiversidade)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Preservação e conservação da fauna, da flora e dos habitats naturais e seminaturais						

Complementaridade: Forte  Média  Fraca  Conflito: Forte  Médio  Fraco 

Vantagens e desvantagens das **ações de intervenção territorial do PDM** no que respeita ao fator ambiental “**Biodiversidade**”, tendo como ponto de partida o conjunto de objetivos estratégicos inerentes ao ponto 5.1.

Tabela 12 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental  
Biodiversidade

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Identificação/reconhecimento dos habitats naturais e seminaturais, da fauna e da flora.</p> <p>Existência de planos de gestão da Rede Natura 2000.</p> <p>Propostas que permitem o aproveitamento de forma sustentada da fauna e da flora.</p> <p>Sensibilização da população para a importância da preservação da biodiversidade.</p>	<p>População pouco esclarecida e envelhecida.</p> <p>Desinteresse em manter a vegetação autóctone.</p> <p>Florestação indiscriminada e de deficiente ordenamento.</p> <p>A nível do poder local, cada vez maior distanciamento na gestão agroflorestal do território, dificultando a intervenção e controlo na defesa e gestão da biodiversidade.</p>

### 7.8.6 Recomendações

Aposta no correto ordenamento agroflorestal do território, promovendo-o de acordo com as suas potencialidades e defesa da biodiversidade.

Aplicar medidas de gestão e proteção de habitats, que promovam a proteção da fauna e flora locais, aumentando a biodiversidade.

Aplicar processos menos lesivos de remoção dos estratos herbáceo e arbustivo, condicionando sempre que possível, a limpeza de mato, de forma a garantir um sub-coberto bem estruturado que pode influenciar de forma positiva os valores de riqueza de muitos dos grupos faunísticos.

Criação de gabinete de apoio, que promova a divulgação, sensibilização e formação dos agentes económicos e população em geral quanto às medidas e ações de proteção, recuperação, monitorização e uso sustentável dos recursos.

Garantir fiscalização municipal mais eficaz na defesa da biodiversidade e no garante do cumprimento das suas medidas de proteção na instalação e manutenção das catividades e florestais e agroflorestais, dentro das competências que legalmente lhe são atribuídas.

## 7.3 Património cultural e paisagístico

### 7.3.1 Introdução



Este Fator visa avaliar o contributo do Plano para a preservação e valorização do património arquitetónico, arqueológico, cultural e paisagístico, bem como para aplicação deste património na promoção do turismo, num quadro de sustentabilidade de recursos que se complementam e impulsionam a imagem de marketing do concelho.

Os recursos patrimoniais, tanto os arquitetónicos e arqueológicos como os culturais, etnográficos e históricos, são um marco no concelho. Também a paisagem de carácter singular (com apetência para o turismo de natureza, de aventura e termal/saúde e bem-estar), bem como as atividades tradicionais ligadas ao artesanato, à gastronomia e à cinegética, tornam Nisa num concelho de excelência patrimonial que deve ser explorada no setor turístico.

### 7.3.2 Objetivos e indicadores

#### Objetivos:

- Preservação e valorização do património arquitetónico, arqueológico, cultural e paisagístico;
- Valorização das condições dos elementos da memória, história e cultura;
- Aplicação das singularidades do património na promoção do turismo de Natureza, Geoturismo, Turismo termal, cultural e de “Slowlife”.

#### Indicadores:

Tabela 13 - Indicadores para o fator Património Cultural e Paisagístico

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Património classificado	N.º de elementos classificados
Património (material e imaterial) inventariado	N.º de elementos inventariados
Ações de requalificação e conservação do património	Verbas municipais aplicadas a ações de requalificação e conservação
Percurso e rotas temáticas	Nº de percursos e rotas ou Km aferidos a percursos e rotas
Turismo	N.º de equipamentos N.º de turistas Verbas municipais aplicadas a ações de divulgação e implementação turística

### 7.3.3 Situação atual

Relativamente ao património, é vasto o espólio como resultado das características e uso dos recursos biofísicos do território, do trabalho e arte das gentes que passaram e/ou permanecem no concelho.

#### - Valores Arquitetónicos e Arqueológicos

Os elementos arquitetónicos de interesse religioso, militar e civil, bem como os vestígios arqueológicos são vastíssimos e espalhados por todo o território. A Área do Conhal, em vias de classificação enquanto património arqueológico, sobressai entre o vasto espólio. Com o desenvolvimento da carta Arqueológica do Concelho, existe já um levantamento bastante completo deste tipo de património.

Os recursos oferecidos devem ser dinamizados, explorados e aproveitados no desenvolvimento económico da região, em particular no setor turístico, pois cada vez mais o património constitui uma pedra basilar no desenvolvimento dos territórios, designadamente aqueles que se localizam em regiões do interior, como é o caso de Nisa.

#### - Valores Culturais

A identidade cultural é também muito rica e bem enraizada. Os produtos locais/artesanais (queijo, enchidos, azeite e mel), o artesanato (bordados de Nisa, trabalhos em feltro e olaria), os trajes, a gastronomia e as romarias, são ainda motivo de brio e orgulho da população. No entanto, sem nenhuma iniciativa que os recolha e guarde, estes saberes tendem a desaparecer e com eles o que resta das memórias e tradições, pelo que se deveria inventariar e criar uma base de dados que reunisse o espólio referente a este tipo de património sob pena de desaparecer com o passar das gerações.

#### - Valores Paisagísticos

A parte N-NW do concelho é uma zona de xistos, com vales encaixados e declives acentuados enquanto a parte S-SE, zona granítica, apresenta um relevo aplanado quase sem vertentes. Destaca-se a Serra de S. Miguel/crista quartzítica e os rios Tejo e Sever, caracterizadores da paisagem local, proporcionando uma riqueza paisagística bastante

específica. Esta dualidade entre a parte norte e sul resulta numa diferenciação de usos, formas e funções da paisagem.

O património natural e paisagístico resulta das condições de privilégio que estão associadas à fruição da paisagem e pelos valores geológicos atribuíveis ao Geoparque e ao Monumento Natural das Portas de Ródão.

Existem outras áreas de grande riqueza paisagística e de diversidade biológica e patrimonial que se devem preservar, como sejam: o mosaico agrícola em redor das povoações de carácter bastante diversificado; os olivais plantados em socalcos; e os montados.

O concelho de Nisa, por se enquadrar numa área de transição entre duas regiões com características bastante distintas (a Beira e o Alentejo) e por se encontrar numa área periférica do interior do Alentejo, considerada pela população em geral pouco atrativa a nível económico, apresenta vários problemas de gestão da paisagem.

Os sucessivos incêndios florestais, o crescente abandono da atividade agrícola e a monocultura de espécies florestais exóticas em grandes plantações, têm contribuído para a perda de identidade do território e para a monotonia e degradação da paisagem. A floresta terá que ser orientada para uma utilização sustentada, numa perspetiva de multifuncionalidade da paisagem.

A gestão integrada da paisagem local, através do apoio a uma agricultura diversificada e de pequena escala, a manutenção duma relação funcional da população com a sua paisagem e a valorização das funções não produtivas que este mosaico suporta, podem ser o caminho para a manutenção do carácter desta paisagem e da respetiva identidade local.

O concelho possui um significativo potencial a nível paisagístico para utilização dos recursos disponíveis na oferta de turismo de “natureza” e na conceção de produtos “tradicionais”, que poderá ser incentivado com a promoção e divulgação de uma marca que una estes dois conceitos.

No entanto, subsiste a necessidade de infraestruturas básicas e equipamentos de apoio à visita; o desenvolvimento de parcerias com “atores” institucionais e privados com

atividade dirigida e relacionada com o território e com o turismo de natureza; a sensibilização e envolvimento da população local.

Espera-se que a paisagem do concelho de Nisa evolua no sentido da multifuncionalidade, onde a atividade agrícola e silvícola coexista com o turismo, através da valorização dos produtos tradicionais – queijo, azeite, mel, enchidos, olaria – e do vasto património natural e construído. Ao mesmo tempo considera-se fundamental seguir estratégias baseadas na conservação da paisagem e do meio rural, uma vez que constituem fortes potencialidades do concelho.

Atendendo a que a paisagem é um património herdado ao longo de várias gerações, que traduz a cultura, as vivências das pessoas que nela habitaram e habitam, e as atividades que nela se desenvolvem, sabendo da importância que estes valores possuem e que a sua perda pode ser insubstituível, julga-se imprescindível preservar a riqueza paisagística e biológica existente.













#### **7.3.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM**

Sem a introdução das ações previstas no Plano, no que concerne à proteção (áreas de proteção), requalificação e valorização do património a sua tendência de evolução poderá apresentar-se tendencialmente negativa, permitindo a degradação e o não aproveitamento sustentado destes valores enquanto recurso.

#### **7.3.5 Avaliação Estratégica de Impactes**

A Tabela 14 faz a súmula dos impactes dos objetivos do PDM nos objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Património cultural e paisagístico”, utilizando uma escala que representa o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre eles.

Tabela 14- Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Património cultural e paisagístico

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Património cultural e paisagístico)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Preservação e valorização do património arquitetónico, arqueológico, cultural e paisagístico						
Valorização das condições dos elementos da memória, história e cultura						
Aplicação das singularidades do património na promoção do turismo de Natureza, Geo-turismo, Turismo termal, cultural e de “Slowlife”						

Complementaridade: Forte  Média  Fraca  Conflito: Forte  Médio  Fraco 

Vantagens e desvantagens das **ações de intervenção territorial do PDM** no que respeita ao fator ambiental **“Património cultural e paisagístico”** tendo como ponto de partidas o conjunto de objetivos estratégicos inerentes ao ponto 5.1.

Tabela 15 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental  
Património cultural e paisagístico

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Levantamento dos monumentos classificados com respetivas áreas de proteção.</p> <p>Propostas direcionadas para o aproveitamento turístico do património cultural e respetiva promoção.</p> <p>Existência de percursos classificados apoiados neste fator.</p> <p>Paisagens de valor paisagístico.</p> <p>Inclusão no Geoparque Naturtejo</p>	<p>População pouco esclarecida e envelhecida.</p> <p>Falta de iniciativa privada.</p> <p>Imóveis classificados com deficiente intervenção.</p> <p>Dificuldade de intervenção do poder local na gestão destes monumentos e espaços.</p>

### 7.3.6 Recomendações

Executar intervenções no âmbito do ordenamento e qualificação da envolvente ao património construído.

Fazer proposta para classificação de património natural e paisagístico.

Promover ações de sensibilização e formação junto dos agentes de turismo locais e regionais.

Promover ações de divulgação da população em geral e escolas.

Realizar levantamento sobre o património cultural, relacionado com as tradições, memórias e saberes populares.

Envolvimento do património como elemento fundamental no desenvolvimento turístico do concelho.

Realçar o papel do geoparque no concelho, considerando o seu papel aglutinador e diversificado em termos de património e potencialidades para promover o concelho.

Promover o papel das Termas da Fadagosa de Nisa enquanto património cultural e paisagístico atendendo á riqueza da sua paisagem e das suas águas, aleando a sua função de bem-estar e saúde á promoção turística.

Promover ações que estabeleçam um estreito relacionamento entre o turismo e a paisagem, nomeadamente, através do turismo de natureza, do turismo desportivo e do Touring cultural e paisagístico aproveitando os percursos já existentes.

Desenvolver estratégias de marketing direcionadas para a promoção dos valores patrimoniais e paisagísticos do concelho, no sentido de aliciar investimento e consequente desenvolvimento socioeconómico

## **7.4 Ordenamento e gestão do território**

### **7.8.1 Introdução**

Este Fator pretende avaliar os efeitos do Plano no ordenamento do território concelhio, atendendo aos usos e aptidões do solo e tipo de ocupação dominante, com base nos seguintes critérios: Espaço urbano; Espaço rústico; Ocupação do solo; e Paisagem.

### **7.8.2 Objetivos e indicadores**

#### **Objetivos:**

- Requalificação urbana - qualificação do espaço público e recuperação de edificado;
- Ordenamento do espaço urbano e do espaço rústico;
- Ordenamento agrícola e florestal;
- Desenvolver condições de uso sustentável da Paisagem na sua dimensão produtiva, ambiental e cultural.

## Indicadores:

Tabela 16 - Indicadores para o fator Ordenamento e gestão do território

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Espaços públicos requalificados	Área de espaços públicos requalificados (m2)
Edifícios recuperados	Nº Edifícios recuperados
Habitacões dispersas	Número de habitacões dispersas construídas
Solo Urbano e Solo Rústico	% de Solo Urbano e % de Solo Rústico no concelho
Área Agrícola e Área Florestal	% de Área Agrícola e % de Área Florestal

### 7.8.3 Situação atual

#### - Espaço urbano

No que se refere á estrutura urbana registou-se um aumento do número de edifícios e de alojamentos no total do concelho, especialmente nas freguesias de Espírito Santo, N. Sr<sup>a</sup>. da Graça e Tolosa. Duma forma geral observa-se que 95% dos alojamentos são de ocupação própria e apenas 5% destinados ao arrendamento, o que torna o valor médio mensal das rendas em Nisa acima da média da região. Outra importante característica é a predominância de Remodelações/Ampliações na tipologia dos processos, no entanto, ainda assim é notório um fraco aproveitamento de edifícios antigos.

Houve nos últimos anos uma crescente aposta na requalificação urbana com a remodelação de praças e ruas nas diferentes freguesias. No que se refere ao centro histórico de Nisa a câmara tem feito algumas intervenções pontuais (Largo das Portas de Montalvão, recuperação de edifícios pela câmara para uso público, caso do Museu do Barro e Bordado), denota-se no entanto sinais de degradação, abandono e descaracterização, tornando-se necessária uma intervenção planeada.

#### - Espaço rústico

A área florestal e meios seminaturais representam cerca de 58% da área do concelho, sendo estas áreas ocupadas maioritariamente por povoamentos de eucalipto e sobreiro, seguindo-se o carvalho negral, a azinheira e o pinheiro bravo.



A floresta de folhosas, representada pelos eucaliptos, evidencia-se pelo incremento que teve no norte do concelho durante a segunda metade do século passado, assumindo características de monocultura, que exigem correção como forma de combate à perda de biodiversidade.

No que diz respeito à relação estabelecida entre o tipo de cultura e a dimensão das explorações, verifica-se que as parcelas mais pequenas, que se encontram próximas dos aglomerados urbanos, são ocupadas por culturas agrícolas (pomares de árvores de frutos, vinha e olival). Por outro lado, verifica-se que as propriedades que possuem uma área mais elevada estão associadas a culturas florestais e agrossilvo-pastoris.

#### **7.8.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM**

A evolução deste fator sem a aplicação do Plano não irá alterar decisivamente o modelo de ocupação dominante, haverá no entanto alguns aspetos, sobretudo no que se refere ao controlo do povoamento disperso, ordenamento agroflorestal e requalificação urbana em que a evolução, sem a aplicação do Plano, será tendencialmente negativa.

#### **7.8.5 Avaliação Estratégica de Impactes**

A Tabela 17 sintetiza o grau de compatibilidade/incompatibilidade dos objetivos do PDM nos objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Ordenamento e gestão do território”.

Vantagens e desvantagens das **ações de intervenção territorial do PDM** no que respeita ao fator ambiental “**Ordenamento e gestão do território** tendo como ponto de partida o conjunto de objetivos estratégicos inerentes ao ponto 5.1.

Tabela 17- Síntese de impacto dos Objetivos Estratégicos da Revisão do PDM nos Objetivos de Sustentabilidade do fator ambiental Ordenamento e gestão do território

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Ordenamento e gestão do território)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Requalificação urbana - qualificação do espaço público e recuperação de edificado						
Ordenamento do espaço urbano e do espaço rústico.						
Ordenamento agrícola e florestal						
Desenvolver condições de uso sustentável da Paisagem na sua dimensão produtiva, ambiental e cultural						

Complementaridade: Forte  Média  Fraca  Conflito: Forte  Médio  Fraco 

Tabela 18 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Ordenamento e gestão do território

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Melhoria da qualidade de vida urbana.</p> <p>Requalificação do parque habitacional.</p> <p>Requalificação dos espaços públicos urbanos.</p> <p>Regulamentação da reabilitação urbana.</p> <p>Melhoramento dos sistemas de infraestruturas urbanas.</p> <p>Melhoramento do sistema de mobilidade urbana intraconcelhia.</p> <p>Melhoramento do sistema de mobilidade urbana extraconcelhia.</p> <p>Aposta nos produtos locais.</p> <p>Ordenamento do espaço rústico com base nas suas vocações e tendo presente as funcionalidades referidas no PROFAA (produção, silvopastorícia, proteção, conservação e Recreio, paisagem).</p>	<p>População envelhecida.</p> <p>Solos de fraca capacidade agrícola.</p> <p>Falta de iniciativa privada.</p> <p>Território com predominância de pequena propriedade.</p> <p>Fraco associativismo dos agentes económicos e agricultores.</p> <p>Dificuldade de intervenção do poder local na gestão agroflorestal.</p> <p>Poucos incentivos a nível nacional para a fixação da população rural.</p>

## 7.8.6 Recomendações

Aposta no correto ordenamento agroflorestal do território, promovendo-o de acordo com as suas vocações e funcionalidades e defesa da biodiversidade.

Ações que promover a produção agrícola e florestal assente em atividades economicamente competitivas e respeitadoras do ambiente, da segurança alimentar e do bem-estar animal;

Criação de gabinete de apoio, que promova a divulgação, sensibilização e formação dos agentes económicos para a execução de projetos de intervenção territorial, no âmbito da valorização sustentada do turismo, agricultura e floresta e aproveitamento dos recursos locais (energia, biomassa, recursos minerais, paisagem, artes e ofícios).

Garantir fiscalização municipal mais eficaz na defesa do ordenamento sustentado do meio rural, dentro das competências que legalmente lhe são atribuídas.

## 7.5 Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico

### 7.5.1 Introdução

O “Desenvolvimento Socioeconómico e Tecnológico” é o fator que permite avaliar o contributo do Plano para o desenvolvimento sustentável do concelho, assente nas suas bases produtivas tradicionais e recursos locais, na investigação e inovação, na qualificação dos recursos humanos e criação de condições de fixação da população.

### 7.5.2 Objetivos e indicadores

#### Objetivos:

- Credibilizar a origem e o processo de produção agrícola, pecuária e de transformação agroalimentar, favorecendo a inovação de processos produtivos e produtos de empresas consolidadas;
- Incentivar a fixação de empresas que orientem a sua atividade na base da investigação e inovação;
- Potenciar a fixação de valores da qualificação dos produtos e da formação/educação dos recursos humanos.

**Indicadores:**

Tabela 19 - Indicadores para o fator Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Atividades económicas, ligadas aos produtos locais e ao turismo	N.º de Atividades económicas, ligadas aos produtos locais e ao turismo
Intensidade turística	N.º de visitantes por ano
Investimento municipal em ações de apoio ao Investimento e Desenvolvimento Socioeconómico e Tecnológico	Verbas municipais aplicadas em ações de apoio ao Investimento e Desenvolvimento Socioeconómico e Tecnológico
População	N.º de habitantes: pop. Residente / pop. Ativa
Desemprego concelhio	Nº de desempregados
Taxa de atração líquida	Relação entre as entradas e saídas de população no concelho.
Nível de qualificação dos ativos	Nível de qualificação dos ativos
Nível de escolaridade	Nível de escolaridade da população por faixa etária

### 7.5.3 Situação atual

As dinâmicas da população acompanham as do distrito e da região do Alentejo, a tendência tem sido de decréscimo populacional, com uma diminuição do peso demográfico de Nisa no Distrito, de 7,5% em 1981 para 6,6% em 2006. Outra característica que se destaca é o envelhecimento demográfico, onde a população idosa representa 36% do total da população e os jovens até aos 14 anos, apenas 9,7%.

Quanto às dinâmicas demográficas, constata-se que o Saldo Natural tem valores negativos, com a Taxa de Mortalidade a superar a Taxa de Natalidade, acompanhando de resto a média do distrito. Em 2006 o Município de Nisa tinha 7846 habitantes, no entanto os cenários prospetivos, indicam a contínua tendência de diminuição populacional, que se vem

registando já há 25 anos. É fundamental a implementação de medidas que aumentem a capacidade de atração e fixação de população no território e contribuam para a natalidade.

A par do decréscimo populacional, está a população ativa, com uma taxa de atividade à semelhança do distrito, com uma percentagem muito baixa onde menos de metade da população residente é considerada população ativa.

Quanto ao emprego por setores de atividade, tudo aponta para a terciarização dos empregos e para uma pequena representação no setor primário onde aparece a agricultura como 2ª atividade, associada ao lazer e como complemento a uma outra atividade principal, desempenhada no setor terciário ou secundário.

A estrutura empresarial do concelho apresenta assim um forte predomínio de empresas e sociedades no setor terciário, de forma que a distribuição dos setores de atividade no final de 2006 era de 20,4% no setor primário, 11,8% no secundário e 67,8% no terciário.

#### - Atividades com base nos produtos locais tradicionais

Na área do concelho estão identificados vários Produtos Tradicionais de Qualidade já certificados (DOC, DOP, DO, ETG-P e IG) ligados ao setor primário, que importa proteger e promover de forma a criar condições necessárias à sua sustentabilidade e competitividade. Existe uma vasta gama de produtos agroalimentares certificados, dos quais se destacam o vinho, o azeite, a carne de bovino, ovino e suíno, o presunto e produtos de salsicharia e, com maior relevância, o queijo (queijo de Nisa e queijo mestiço de Tolosa) por ser o que melhor identifica o concelho.

Por motivos que se prendem não só com a dinâmica do setor mas também com dificuldades inerentes ao processo de certificação, o número de produtores concelhios que manufacturam produtos certificados é reduzido e a sua oferta limita-se ao queijo. É necessário promover condições que facilitem a aderência dos produtores a este tipo de produção, que passam pela sensibilização para o associativismo.

#### - Atividades na base da investigação e inovação

A qualidade dos recursos e valores locais implica, para a sua valorização, a criação de um Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que desenvolva um processo de

reconhecimento das qualidades os Valores Locais (produtos da terra, floresta, pedras, artesanatos e outros), e um processo de formação associado à Investigação e Inovação.

A atividade deste Centro deverá contribuir também para a certificação e promoção dos Valores Locais enquanto significantes da singularidade das condições naturais, humanas e culturais do Concelho de Nisa, atuando assim diretamente sobre a identidade de uma Marca associada ao território de Nisa, estimulando o empreendedorismo e o emprego qualificados, novas áreas de negócio e novos mercados. Por outro lado, uma visão ativa e inovadora da Cultura conduz a imaginar e a construir novos modos de entender a difusão e a fruição dos diversos fatores que constituem o sistema cultural (espetáculos, eventos, feiras e mostras, bienal da pedra, etc.), quer no que respeita à sua gestão, quer à formação e sedimentação dos patrimónios da cultura contemporânea. É determinante, neste sentido, a constituição de fileiras temáticas nas quais a cultura se faça (pesquisa, ateliers, laboratórios, etc.), se exponha (mostras, publicações, etc.) e se sedimente (arquivos, bibliotecas e formação, etc.).

#### - Ensino

A última década testemunhou uma melhoria significativa no nível de escolarização da população. Esta melhoria manifestou-se, por um lado, na redução verificada aos níveis do analfabetismo, que atualmente atinge sobretudo as gerações mais idosas; por outro lado, na redução da proporção de indivíduos com qualificações mais baixas, ou seja, daqueles que completaram menos de seis anos de escolaridade e no aumento da proporção de indivíduos com um nível de ensino secundário e superior.

Pese embora esta redução, verificada na taxa de analfabetismo nos últimos dez anos, o esforço realizado neste domínio não pode ser considerado satisfatório.

Como podemos constatar, a taxa de analfabetismo no Concelho de Nisa revela-se ainda mais grave, quando comparada com valores a nível nacional. Apesar de existir um decréscimo nos períodos considerados, o Concelho de Nisa apresenta valores muito elevados comparativamente à Região Alentejo e mais ainda quando confrontado com os valores de Portugal no seu todo. (Carta Educativa do Concelho de Nisa, 2006).

### 7.5.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM

O Plano em revisão prevê a instalação de um Centro de inovação e valorização (CIV) do concelho de Nisa que promova programas de formação associados à investigação e inovação, Valores Locais com a finalidade de fixação de novas competências, bem como a implementação da carta escolar e a elaboração de um programa de Educação para o concelho atendendo às novas competências autárquicas. A tendência de evolução deste fator sem a implementação destas medidas será certamente negativa.

### 7.5.5 Avaliação Estratégica de Impactes

A Tabela 20 sintetiza o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre os objetivos do PDM e os objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico”.

Tabela 20 - Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Credibilizar a origem e o processo de produção agrícola, pecuária e de transformação agroalimentar, favorecendo a inovação de processos produtivos e produtos de empresas consolidadas						
Incentivar a fixação de empresas que orientem a sua atividade na base da investigação e inovação						
Potenciar a fixação de valores da qualificação dos produtos e da formação/educação dos recursos humanos						

Complementaridade: Forte Média Fraca Conflito: Forte Médio Fraco

Vantagens e desvantagens das **ações de intervenção territorial do PDM** no que respeita ao **fator ambiental “Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico”** tendo como ponto de partidas o conjunto de objetivos estratégicos inerentes ao ponto 5.1.

Tabela 21 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental  
Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Aposta nos produtos tradicionais de Qualidade, já certificados (DOC;DOP, DO, ETG-P e IG), ligados ao setor primário.</p> <p>Aposta na exploração dos produtos locais e na sua inovação.</p>	<p>População envelhecida.</p> <p>Falta de iniciativa privada.</p> <p>Fraco associativismo do sector empresarial.</p> <p>Desertificação humana.</p>

### 7.5.6 Recomendações

Criação de gabinete de apoio, que promova a divulgação, sensibilização e formação dos agentes económicos e da população mais jovem para a importância do desenvolvimento da fileira ligada ao setor agro-silvopastoril e na execução de projetos que apostem nos produtos tradicionais de Qualidade.

Apoio ao associativismo dos agentes económicos.

Divulgação constante e atualizada aos produtores, sobre programas e candidaturas possíveis.

Continuidade do projeto Marca Nisa.

Implementação urgente do CIV Nisa.



## 7.6 Saúde pública e Bem-estar

### 7.8.1 Introdução

“Saúde Pública e Bem-estar” visa avaliar o contributo do Plano para o aumento da qualidade de vida, com repercussões na saúde, criação de hábitos saudáveis, otimização das infraestruturas de água e saneamento básico, entre outros fatores que contribuem para o bem-estar geral da população.

### 7.8.2 Objetivos e indicadores

#### Objetivos:

- Promoção de hábitos de vida saudáveis;
- Aumento da qualidade de vida com repercussões na saúde;
- Promoção/execução de Infraestruturas de saúde pública;
- Otimização das infraestruturas de água e saneamento básico;
- Controlo do teor de radioatividade no ambiente.

#### Indicadores:

Tabela 22 - Indicadores para o fator Saúde pública e Bem-estar

INDICADOR	DESCRIÇÃO
População servida por abastecimento de água	% População servida por abastecimento de água
Qualidade da água para consumo humano	Parâmetros de Qualidade da água para consumo humano
Qualidade da água termal	Parâmetros de Qualidade da água termal
População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	% População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
População servida por programas de apoio a atividades socioculturais	% da população servida por programas de apoio a atividades socioculturais
Programas de apoio à terceira idade	N.º de Programas de apoio á terceira idade
População servida por infraestruturas de apoio a atividades desportivas e de lazer	% População servida por infraestruturas de apoio a atividades desportivas e de lazer
População servida pela unidade móvel de saúde	% de população servida pela unidade móvel de saúde

### 7.8.3 Situação atual

O concelho apresenta bons níveis de cobertura no abastecimento de água com um total de 96%, bem como no saneamento e águas residuais cujo nível de cobertura é de 91%. A substituição das infraestruturas dos sistemas de saneamento tem sido uma forte aposta, sobretudo com os emissários mais antigos, em fibrocimento a serem progressivamente substituídos por PVC. O concelho está dotado com bons níveis de cobertura relativamente a estes serviços, no entanto é necessária a total cobertura destes com infraestruturas em todos os núcleos urbanos.

Relativamente aos Resíduos Sólidos Urbanos, tem-se verificado um aumento dos níveis de produção e consequentemente da recolha.

A recolha seletiva tem vindo também a aumentar, com picos de produção nos meses de verão. A incrementação da recolha de monos porta a porta e a recolha de óleos alimentares usados começa também a ter impacto positivo.

Sobre as infraestruturas de energia e telecomunicações, constata-se que o fornecimento de eletricidade abrange todas as localidades e que os serviços de telecomunicações móveis apresentam bastantes deficiências. Por outro lado o atravessamento das infraestruturas do Gasoduto no concelho não tem qualquer aproveitamento para este.

A rede de equipamentos de utilização coletiva do município de Nisa corresponde às necessidades básicas dos munícipes, com oferta a três níveis: 1 - destinados à prestação de serviços à coletividade (Equipamentos de Saúde, Educação, Ação Social, Administração Pública Prevenção e Segurança); 2 - Destinados à prestação de serviços de caráter económico (Mercados e Feiras, Zona de Atividades Económicas); 3 - Destinados à prática de atividades pela coletividade, (Equipamentos de Atividades Culturais, de Lazer e Associativismo, desportivas e de Culto).

Desses destacam-se como equipamentos de forte potencial o balneário termal e a sua oferta a nível de saúde e Bem-estar, a renovada rede museológica e a requalificada rede escolar. Em contrapartida a rede de transportes públicos intrafreguesias apresenta algumas fragilidades, bem como os serviços sociais, face ao envelhecimento populacional.

## 7.7 Tendências de evolução sem revisão do PDM

A evolução do Bem-estar da população e saúde pública, sem a presente revisão do PDM, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez que a implementação do Plano visa a realização da prossecução de ações de apoio aos jovens e à terceira idade, na área desportiva e de animação cultural, a construção de um novo centro de saúde, a aposta na promoção do complexo termal, bem como a otimização das infraestruturas de água, saneamento básico e espaços exteriores.

### 7.7.1 Avaliação Estratégica de Impactes

A Tabela seguinte faz a síntese do impacte entre os objetivos do PDM e os objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Saúde pública e Bem-estar”, utilizando uma escala que representa o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre eles e que se traduz em três níveis positivos (de complementaridade) e três níveis negativos (de conflito).

Tabela 23- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Saúde pública e Bem-estar

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Saúde pública e Bem-estar)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Promoção de hábitos de vida saudáveis						
Aumento da qualidade de vida com repercussões na saúde						
Promoção/execução de Infraestruturas de saúde pública						
Otimização das infraestruturas de água e saneamento básico						
Controlo do teor de radioatividade no ambiente						

Complementaridade: Forte Média Fraca Conflito: Forte Médio Fraco

Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM no que respeita ao fator ambiental “Saúde pública e Bem-estar”.

Tabela 24 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Saúde pública e Bem-estar

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Boa cobertura do concelho em termos de programas e infraestruturas para atividades desportivas e de lazer.</p> <p>Boa cobertura do concelho em termos de saneamento básico e distribuição de água potável.</p> <p>Existência do Complexo das Termas da Fadagosa.</p> <p>Construção do Centro de Saúde de Nisa.</p> <p>Existência de uma Rede de saúde móvel.</p> <p>Fomentar o estabelecimento de um serviço de apoio Local.</p>	<p>Falta de iniciativa privada.</p> <p>Sistemas de saneamento industrial, de difícil operância.</p> <p>Desertificação humana.</p> <p>Verbas publicas insuficientes.</p>

### 7.7.2 Recomendações

Manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento básico.

Resolução dos sistemas de tratamento das águas residuais industriais.

Incentivo á prática desportiva.

Programas de sensibilização e formação sobre práticas alimentares corretas.

Promoção das termas da Fadagosa enquanto equipamento vocacionado para a saúde pública, direcioná-las para públicos específicos, locais e regionais.

Controlo do teor de radão no meio ambiente.

## 7.8 Riscos

### 7.8.1 Introdução

Este Fator permite verificar a forma como o Plano contribui para a prevenção de riscos, designadamente aqueles que pelas suas características representem uma maior capacidade de causar acidentes graves ou catástrofes. Assim são considerados, de forma global os fenómenos referenciados nos relatórios de caracterização do Plano, embora a ênfase incida naqueles que, através da metodologia que foi utilizada, evidenciaram um maior grau de risco no âmbito territorial do Plano, considerando-se, portanto, riscos de índole natural, tecnológica, mista ou social. São ainda estudados riscos ambientais, como são exemplos a contaminação por radioatividade natural, a erosão dos solos, a ocupação do solo por espécies invasoras, ou a contaminação de floresta por agentes bióticos, através de pragas e doenças

### 7.8.2 Objetivos e indicadores

#### Objetivos:

- Controlo e minimização de efeitos - considerar permanentemente os riscos de forma a limitar, pela eliminação das suas causas, ou quando tal não seja possível, pela redução dos impactos potenciais das várias ameaças, as suas consequências.

#### Indicadores:

Tabela 25 - Indicadores para o fator Riscos

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Verbas municipais aplicadas em ações de prevenção dos riscos naturais e tecnológicos	Verbas utilizadas em ações de: - eliminação/controlo de espécies invasoras; prevenção de incêndios; controlo da erosão dos solos e das cheias; monitorização e controlo do nível de radioatividade do meio ambiente
Ocorrência dos riscos e respectivos efeitos associados, com as medidas territoriais implementadas	Nº de ocorrência dos riscos e respectivos efeitos associados, verificadas de 5 em 5 anos

### 7.8.3 Situação atual

- Condições atmosféricas - Condições Meteorológicas Adversas (ondas de calor, vagas de frio, secas, inundações). Tendo em consideração os estudos realizados pelas normais climatológicas (com médias de 30 anos), estes revelam que as situações extremas (secas severas, ondas de calor, inundações, ciclones, etc.) têm vindo a aumentar, com períodos de retorno cada vez mais frequentes. Assiste-se também a um aumento do risco meteorológico de incêndio.

Uma vez que as alterações climáticas levantam importantes desafios a vários níveis, como sejam o setor agrícola, florestal e a biodiversidade, torna-se necessário identificar os possíveis impactes das alterações climáticas no território, de forma a poder atuar na minimização destes.

O conhecimento disponível sobre a forma como o clima influencia a estrutura e composição dos espaços florestais aponta para os seguintes impactes:

- Alteração da distribuição geográfica das espécies florestais, em consequência da extinção e migração das espécies de flora. As plantas ocupam os habitats a que melhor se adaptam quer pela sua capacidade de crescimento como de reprodução, quando os seus limites de tolerância fisiológica é alcançado, adaptam-se ao novo ambiente ou migram para habitats mais propícios ou, então, extinguem-se pura e simplesmente (por exemplo, por Ação dos incêndios). Enquanto o declínio do sobreiro poderá continuar a ocorrer, a azinheira poderá tolerar melhor o aumento da deficiência hídrica e persistir em povoamentos abertos como os montados;

- Perda de produtividade pela mortalidade e subsequente degradação do solo;

- Aumento de fogos florestais;

- Aumento dos danos causados por pragas. As taxas de crescimento das populações de insetos podem ser estimuladas pelo aumento da temperatura. Nas regiões interiores e meridionais, a maior aridez pode fazer aumentar este crescimento.

- Redução da biodiversidade. Algumas populações animais, principalmente as que possuem distribuição geográfica limitada, habitats específicos ou populações reduzidas, poderão não

conseguir adaptar-se a alterações no clima, existindo risco de extinção principalmente em populações com baixas capacidades de reprodução e dispersão.

As condições meteorológicas adversas podem conduzir ao condicionamento ou paralisação de diversas atividades, atendendo aos fenómenos associados, podendo também os efeitos negativos serem refletidos na saúde humana. Em última instância podem potenciar um acréscimo na mortalidade, sendo os grupos mais vulneráveis as crianças, os idosos, os doentes do foro respiratório e as pessoas com comportamentos de risco.

Na perspetiva de que o território em estudo faz parte de um todo dentro da globalização e das alterações à escala global, deve-se prestar atenção às alterações climáticas e ter a consciencialização de que uma mudança do clima a nível global tem repercussões a nível local, mesmo tendo em consideração que as características particulares de cada território são muito distintas entre si e podem não seguir as mesmas tendências que a mudança a nível global.

#### - Secas

A recorrência do fenómeno, associada ao quadro de alterações climáticas, bem como à vulnerabilidade do território, confere uma particular relevância a este risco.

O Município apresenta uma elevada vulnerabilidade a este risco, apesar de na atualidade ser mais diminuta relativamente a um passado recente, tendo-se adotado algumas medidas essenciais como a diversificação das fontes de abastecimento e a integração num sistema intermunicipal de abastecimento de água.

Atendendo à importância das atividades agropecuárias na economia local, em associação às consideráveis necessidades de água inerentes a estas atividades, bem como à reduzida disponibilidade hídrica do território, este fenómeno assume (e assumiu) particular relevância, em termos dos impactos negativos nestas atividades.

Para além das eventuais dificuldades e impactes no abastecimento público de água e dos impactes nas atividades agropecuárias, no presente âmbito territorial, são particularmente importantes as seguintes consequências indiretas deste risco: o favorecimento das condições que levem à ocorrência e propagação de incêndios rurais; a degradação da qualidade da água; a erosão do solo e a desertificação.

#### - Cheias e inundações

As cheias e inundações podem provocar avultados prejuízos económicos, e eventualmente, mortos, feridos e desalojados, bem como causar impactes nas atividades agropecuárias, a submersão e/ou danificação de vias de comunicação rodoviária, de obras de arte e de outras infraestruturas, redes e equipamentos.

Territorialmente este fenómeno ocorre, pela sua natureza junto às linhas de água, não se encontrando nenhum aglomerado populacional nas zonas ameaçadas por cheias, no entanto podem ocorrer inundações em qualquer local, sobretudo nos aglomerados situados em zonas côncavas/recetoras de águas pluviais. Podem ocorrer inundações associadas ao extravasamento de linhas de água em aglomerados urbanos, designadamente em Arez, Pé da Serra, Amieira do Tejo e Falagueira.

Podem ainda ocorrer episódios, esporádicos e sem associação entre eles, de inundações urbanas, devido às dificuldades (obstrução ou precipitação em excesso) de drenagem dos sistemas de águas pluviais, com eventuais consequências negativas.

#### - Erosão dos solos

O território está sujeito à perda excessiva de solo por ação do escoamento superficial. Esta perda varia com as características intrínsecas do solo e subsolo (textura, estrutura e composição), o declive e outros fatores externos (precipitação, coberto vegetal e práticas culturais).

Os fatores externos, como a ocupação do solo e as práticas agrícolas, podem contribuir para a proteção do solo, pois o grau de cobertura do solo determina a sua maior ou menor exposição a agressões.

A perda de solo aumenta com o declive, pois a velocidade do escoamento aumenta, traduzindo-se em maior poder erosivo. A forma encontrada para reduzir a perda de solo nesta situação é a contenção das terras em socalcos que no concelho é evidente em inúmeras vertentes de rios e ribeiras com maior declive.

O clima do concelho apresenta fortes contornos mediterrânicos, a precipitação concentra-se em 5 ou 6 meses, sendo frequente a ocorrência de fortes chuvadas no início do outono.



Estas chuvas fortes são uma das principais causas de erosão do solo, principalmente quando este se encontra sem vegetação.

- Espécies invasoras

As espécies *Populus nigra* L., *Acacia melanolyon*, *Acacia dealbata* e *Ailanthus altissima* são espécies não indígenas invasoras que surgem em vários pontos do concelho. Constituem uma ameaça para a flora autóctone, principalmente no que respeita às duas últimas espécies referidas, para as quais se deveriam tomar medidas de erradicação.

- Incêndios

O território de Nisa é composto maioritariamente por áreas florestais, agrícolas e improdutivas/matos, por ordem de grandeza, sendo muito pouco representativas as restantes classes de ocupação do solo.

Relativamente à ocupação florestal, esta distribui-se um pouco por todas as freguesias, sendo que a sua maior expressão ocorre nas zonas Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do concelho, pelo que deverão ser estas as áreas prioritárias no que se refere à Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

A maior parte da área florestal do Município é ocupada por eucaliptos e sobreiros. No planeamento dessas áreas deve ser considerada a criação de zonas de descontinuidade nos eucaliptais. Por outro lado, deve-se proceder à gestão seletiva de matos, que facilmente se desenvolvem em sub-coberto nos montados de sobreiro e das restantes formações florestais, de forma a minimizar o risco de incêndio.

Embora sejam mais preocupantes os incêndios em espaços florestais, carecem de igual consideração, apesar de lhes serem associados menores índices de risco e de perigosidade, os incêndios que se verificam em espaços não florestais, nomeadamente em áreas agrícolas (localizadas primordialmente a Sul do território) e principalmente onde a ocupação de solo não permita uma descontinuidade de combustíveis, ou em espaços confinantes com áreas florestais ou urbanas.

A prevenção é determinante em qualquer estratégia de mitigação dos riscos de incêndios rurais/florestais, constituindo-se as cartografias de risco de incêndio e de índice de perigosidade, como importantes ferramentas para o sucesso das ações a desenvolver neste

domínio, possuindo ainda importantes valências nas operações de resposta a uma emergência desta índole.

As zonas de maior risco de incêndio não diferem muito das zonas de maior índice de perigosidade, ocorrendo genericamente, um maior risco de incêndio e maior índice de perigosidade nas zonas Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do concelho que ocupam uma área significativa das freguesias de Montalvão, S. Simão, S. Matias e Amieira do Tejo (áreas onde com alguma recorrência podem ocorrer incêndios de gravidade considerável; em 2003 estes territórios foram gravemente atingidos por incêndios).

Neste sentido, uma gestão ativa dos espaços florestais e o uso de sistemas de gestão de combustível adequados, permite mitigar o risco de incêndios rurais/florestais, não tanto pela sua eliminação, mas mais pela atenuação dos seus efeitos.

#### - Contaminação Radioativa

Atendendo que a radioatividade natural é um fenómeno muito específico, e considerando a deficiência em conhecimento e documentação que permita fundamentação técnica, em associação à não estimativa da probabilidade, não é possível identificar uma gravidade da ocorrência deste fenómeno, até porque os efeitos são transversais no tempo.

Um jazigo de urânio representa para a saúde pública um risco potencial, mesmo que no seu estado natural, designadamente pela exposição direta dos indivíduos aos materiais geológicos mineralizados, pela inalação de poeiras radioativas e de radão, ou pela ingestão de alimentos e águas contaminadas por radionuclídeos, suscetíveis de se transferirem para a cadeia alimentar. Este risco é particularmente relevante em jazidas de carácter superficial, extensas, e localizadas em meios geológicos com alguma permeabilidade, como é o caso do jazigo de Nisa, um dos vários jazigos de urânio existentes no território.

No presente contexto é atribuída uma maior ênfase aos aspetos relacionados com o jazigo de Nisa, uma vez que pelas suas especificidades é aquele que apresenta um maior risco potencial, no entanto serão imputadas, para os restantes jazigos, as mesmas considerações estabelecidas para o jazigo de Nisa, pois, de forma genérica, as características dos fenómenos são idênticas, variando somente a escala.

A maior importância ao jazigo de urânio de Nisa, em detrimento dos restantes, deve-se às seguintes razões: possui uma dimensão consideravelmente superior aos restantes; é aquele

em que é mais expectável a eventual exploração de urânio; é o único para o qual a sua zona confinante é definida legalmente como um espaço sujeito a servidão (Decreto-Lei nº 338/72, de 25 de agosto); é objeto de estudos que comprovam a existência de radão em concentrações elevadas; é o que tem associado um maior risco potencial, por diversas razões, deve ser objeto de medidas de Ordenamento do Território que visem a salvaguarda das populações face à exposição radiológica.

O denominado jazigo de Nisa localiza-se a oeste de Nisa, entre este aglomerado e o aglomerado de Monte Claro, com uma área de 1165 ha, esta área do território é caracterizada por uma ocupação de solo destinada à agricultura, pastorícia e aproveitamento florestal, sendo escassas as edificações localizadas nesta área (as existentes são maioritariamente destinadas ao apoio de atividades agrícolas).

Desde a descoberta deste jazigo de urânio, em 1956, o mesmo tem sido objeto de diversos trabalhos de prospeção, pesquisa e reconhecimento de terreno, conducentes à sua caracterização geológica e à estimação de reservas geológicas e mineiras; estimando-se que estas reservas geológicas e mineiras, de urânio, ascendem a 4100 toneladas de  $U_3O_8$ , irregularmente distribuídas por 8 zonas mais ou menos interligadas, abrangendo uma área considerável (CAMPOS, A.; PEREIRA, A.; NEVES, L.; 2003). Assim, segundo o documento referenciado, *as “mineralizações de urânio que ocorrem entre Nisa e Monte Claro constituem o maior jazigo do tipo disseminado do País. A área ocupada pelas manchas anómalas, definidas pela radiometria gama de superfície, atinge cerca de 3,5 km<sup>2</sup>”*. Os minerais de urânio presentes neste jazigo (fosfuranilite, saleíte, autunite, autunite-uranocircite, torbernite e sabugalite, segundo Pilar, 1964 e Lencastre, 1965; em CAMPOS, A.; PEREIRA, A.; NEVES, L.; 2003), na sua grande maioria localiza-se até profundidades de 22 metros, sendo escassa dos 22 aos 36 metros, e esporádica abaixo dos 36 metros.

As medições referidas em CAMPOS, A.; PEREIRA, A.; NEVES, L.; 2003, relativas às concentrações de radão nos solos, no jazigo de urânio de Nisa, evidenciam uma dispersão num amplo intervalo de variação (com mínimo de 33 kBq.m<sup>-3</sup> e máximo de 18875 kBq.m<sup>-3</sup>), a qual é relacionada com a variabilidade espacial na distribuição dos teores de urânio no território. Segundo o documento em referência, os valores de concentração de radão nos solos do jazigo de Nisa, *“(...) são dos mais elevados encontrados até ao momento em solos do território continental português. Estudos análogos efetuados noutras regiões de Portugal em contexto geológico similar (metassedimentos do complexo xisto-grauváquico*

*metamorfizados por contacto com rochas graníticas e intersetados por fraturas com fundo radiométrico elevado) comprovaram a existência de concentrações médias de radão nos solos variáveis entre 160 e 615 kBq.m<sup>-3</sup> (...)*”.

Assim, e segundo as conclusões do documento em referência, nos materiais geológicos presentes no jazigo de urânio de Nisa, são geradas quantidades muito significativas de gás radão (nomeadamente em determinadas fraturas fortemente enriquecidas em urânio secundário, apresentando uma estimativa de valor médio de 1582 kBq.m<sup>-3</sup>), e “*tomando em consideração que este gás pode constituir um fator de risco ambiental, a sua distribuição nos materiais geológicos da região de Nisa deve ser tida em conta aquando da elaboração dos planos de ordenamento do território*”.







#### **7.8.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM**

Em termos de riscos a sua evolução, sem a presente revisão do PDM, poderá apresentar-se mais desfavorável, quando em comparação com a existência do plano que neste momento é alvo de revisão, uma vez que a implementação do PDM em revisão aponta medidas relativas ao ordenamento do espaço que permitem a mitigação de riscos, seja no espaço urbano, seja no espaço rústico, designadamente no espaço florestal.

#### **7.8.5 Avaliação Estratégica de Impactes**

A Tabela 26 faz a síntese do impacte entre os objetivos do PDM e o objetivo da AA(E) identificado para o fator ambiental “Riscos”, utilizando uma escala que representa o grau de compatibilidade/incompatibilidade entre eles e que se traduz em três níveis positivos (de complementaridade) e três níveis negativos (de conflito).

Tabela 26- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental Riscos

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Riscos naturais e tecnológicos)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Controlo e minimização de efeitos causados por riscos naturais e tecnológicos						

Complementaridade: Forte  Média  Fraca  Conflito: Forte  Médio  Fraco 

Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM no que respeita ao fator ambiental “Riscos”.

Tabela 27 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Riscos

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Existência de gabinete de Proteção Civil.</p> <p>Existência de Gabinete Florestal.</p> <p>Existência de equipa de sapadores municipais.</p> <p>Implementação de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</p> <p>Existência de Plano Municipal de Emergência</p>	<p>Dificuldade na implementação do correto ordenamento florestal.</p> <p>Desertificação humana.</p> <p>Existência de jazigo de urânio de Nisa</p> <p>Dificuldade na manutenção das medidas implementadas no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Verbas publicas insuficientes .</p>

## 7.8.6 Recomendações

Medição regular dos níveis de radão no concelho.

Exigências de execução Avaliação Ambiental (Estratégica) num possível processo de exploração do urânio.

Manutenção das medidas/ações impostas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Fiscalização das práticas florestais.

Ações de sensibilização e formação direcionadas aos diferentes sectores da população, incluindo escolas.

Definição de um plano de emergência para o concelho e concelho vizinho de Vila Velha de Rodão para a eventualidade de problemas na central nuclear de Almaraz.

## **7.9 Governança**

### **7.9.1 Introdução**

Este fator analisa a forma como o Plano contribui para uma melhor Governança, tendo como ponto de partida os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

As opções estratégicas e a aplicação das normas do plano têm que assentar numa participação ativa de várias entidades públicas e privadas, bem como no fomento da educação e da informação dos agentes locais e da população, conseguindo-se uma gestão territorial integrada e partilhada por todos.

### **7.9.2 Objetivos e indicadores**

#### **Objetivos:**

- Promover a participação dos cidadãos na decisão do futuro em articulação com os instrumentos de planeamento e gestão prospetivos (fórum dos cidadão);
- Facilitar o acesso á informação;
- Simplificação e desmaterialização;
- Prestação de contas /avaliação.

**Indicadores:**

Tabela 28 - Indicadores para o fator Governança

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Sessões públicas de discussão promovidas pelo município	N.º de sessões de discussão pública promovidas pelo município
Agentes envolvidos nas sessões públicas	N.º e tipologia de agentes envolvidos
Projetos, programas e ações municipais sujeitos a discussão pública	Nº projetos, programas e ações municipais sujeitos a discussão pública
Disponibilização da informação	N.º locais com informação disponível
Serviços municipais que permitem interação <i>online</i> dos utentes	N.º Serviços municipais que permitem interação <i>online</i> dos utentes
Relatório para leigos	Nº de relatórios para leigos, dos instrumentos provisionais (Orçamento e GOP) e Prestação de contas, executados e publicados <i>online</i> anualmente

### 7.9.3 Situação atual

Os processos de participação dos agentes económicos e da população em geral no desenvolvimento municipal já se faz sentir - ainda que de uma forma bastante deficiente - como é o caso do contributo da Agenda 21 Local de Nisa, entre outras iniciativas que visam a construção de um futuro melhor e mais participativo, com iniciativas que estimulem a cooperação público-privada em pequena escala. Os diversos interlocutores e agentes de desenvolvimento desempenham um papel ativo na construção de consensos que permitem implementar as Estratégias definidas no Plano. Uma maior participação da população em geral e a disponibilização de informação, com mais abertura, também permite uma maior responsabilização de ambas as partes que se reflete numa maior eficácia e coerência nos projetos a desenvolver.

No que respeita à participação pública na revisão do PDM, esta acompanha todas as fases do processo, a CMN promove ações de divulgação e participação pública e disponibiliza toda a informação via Internet, na página WEB. Por outro lado, os munícipes podem formular sugestões e pedidos de esclarecimento, tornando este processo mais transparente e participado.

Apesar da divulgação, os meios de acesso á população e a participação desta não se podem considerar satisfatórios, pelo que se torna imperativo instituir mecanismos que levem a um envolvimento e participação efetivos da população.

### 7.9.4 Tendências de evolução sem revisão do PDM

Sem a introdução de medidas e mecanismos presentes na revisão do PDM a tendência de evolução deste fator apresentar-se mais desfavorável, uma vez são apontadas ações no Plano em análise relativamente á promoção da participação publica, divulgação da e informação municipal.

### 7.9.5 Avaliação Estratégica de Impactes

A Tabela seguinte faz a síntese do impacte entre os objetivos do PDM e os objetivos da AA(E) identificados para o fator ambiental “Governança”, utilizando uma escala que representa o grau de complementaridade/conflicto entre eles.

Tabela 29- Síntese de impacto dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM nos objetivos de sustentabilidade do fator ambiental “Governança”

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (Governança)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDM)					
	Aumentar a atratividade e do concelho	Promover a sustentabilidade de da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Promover a participação dos cidadãos na decisão do futuro em articulação com os instrumentos de planeamento e gestão prospetivos, estabelecendo um Pacto Territorial com atores locais para uma boa Governança						
Facilitar o acesso à informação						
Simplificação e desmaterialização						

Complementaridade: Forte Média Fraca Conflito: Forte Médio Fraco



Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM no que respeita ao fator ambiental “Governança”.

Tabela 30 - Vantagens e desvantagens das ações de intervenção territorial do PDM quanto ao fator ambiental Governança

Vantagens/Oportunidades	Desvantagens/Riscos
<p>Permitir debate com os cidadãos, associações e grupos de cidadãos com incidência no desenvolvimento económico, social e cultural.</p> <p>Facilitar a divulgação da informação e o seu confronto de forma construtiva.</p> <p>Facilitar o processo de decisão.</p>	<p>População envelhecida.</p> <p>Falta de iniciativa privada.</p> <p>Fraco associativismo do sector empresarial.</p> <p>Desertificação humana.</p>

### 7.9.6 Recomendações

Criação de Fórum de cidadãos interessados.

Elaboração regular de reuniões e debates promovidos pelos cidadãos ou pela Câmara para debater assuntos de interesse público local.

Utilização da internet para implementar um fórum de cidadãos.

Disponibilização de uma plataforma web para discussão pública de PMOT.

## 8 Análise integrada dos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade

Para cada fator ambiental identificam-se numa tabela os **critérios**, os **objetivos de sustentabilidade** e os **parâmetros e indicadores**, bem como as fontes de informação, sistematizando a informação para uma análise integrada de todos os fatores.

Os critérios permitem reconhecer as questões essenciais de cada fator, ajudando a estruturar a análise.

Tabela 31- Indicadores de gestão dos Fatores Ambientais

FATORES AMBIENTAIS	CRITÉRIOS	OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	DESCRIÇÃO	FONTES DE INFORMAÇÃO
RECURSOS NATURAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos hídricos (superfície e subterrâneo)</li> <li>- Recursos geológicos, minerais e hidrominerais</li> <li>- Recursos energéticos renováveis</li> <li>- Solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação e requalificação de recursos hídricos e hidrominerais.</li> <li>- Proteção, requalificação e utilização sustentável dos recursos geológicos e mineiros;</li> <li>- Aproveitamento energético dos recursos renováveis;</li> <li>- Utilização racional de energia;</li> <li>- Salvaguarda dos solos com boa capacidade de produção agrícola.</li> </ul>	- Qualidade da água	- % de análises com indicadores de valor acima dos paramétrico fixado por Lei	CMN; ARHTejo
			- Pedreiras abandonadas	- % / N.º de pedreiras abandonadas recuperadas	CMN;CCDR
			- Teor de radioatividade no meio ambiente	- Valores indicativos de radioatividade no meio	ITN
			- Identificação e promoção de estratégias energético-ambientais	- Verbas municipais aplicadas na promoção de estratégias;	CMN
			- Consumo de energias renováveis	- % de energias renováveis no consumo de energia	CMN; AreanaTejo
			- Ações de sensibilização para a utilização racional de energia	- Nº de ações sensibilização promovidas pelo município Ou em parceria com outras entidades.	CMN
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fauna</li> <li>- Flora</li> <li>- Habitats</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação e conservação da fauna, da flora e dos habitats naturais e seminaturais.</li> </ul>	- Sítios da Rede Natura 2000	- Hectares / % da área ocupada por Sítios da Rede Natura 2000	CMN - ICNB
			- Habitats Prioritários (Charcos temporários, Subestepes de gramíneas) e Habitats de importância regional (sobreiro, azinheira, carvalho, montado, zimbro)	- Hectares / % da área ocupada por Habitats prioritários e de importância regional no concelho	CMN - ICNB
			- Ações de valorização e promoção da biodiversidade	- Despesas municipais (verbas aplicadas em ações de valorização) OU n.º de ações desenvolvidas por ano.	CMN

FATORES AMBIENTAIS	CRITÉRIOS	OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	DESCRIÇÃO	FONTES DE INFORMAÇÃO
PATRIMÓNIO CULTURAL E PAISAGÍSTICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores Arquitetónicos</li> <li>- Valores Arqueológicos</li> <li>- Valores Culturais</li> <li>- Valores Paisagísticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação e valorização do património arquitetónico, arqueológico, cultural e paisagístico;</li> <li>- Valorização das condições dos elementos da memória, história e cultura;</li> <li>- Aplicação das singularidades do património na promoção do turismo de Natureza, Geo-turismo, Turismo termal, cultural e de "Slowlife";</li> </ul>	- Património classificado	- N.º de elementos classificados	CMN - IGESPAR
			- Património (material e imaterial) inventariado	- N.º de elementos inventariados	CMN
			- Ações de requalificação e conservação do património	- Verbas municipais aplicadas a ações de requalificação e conservação	CMN
			- Percursos e rotas temáticas	- N.º de percursos e rotas OU Km aferidos a percursos e rotas	CMN
			- Turismo	- Verbas municipais aplicadas a ações de divulgação e implementação turística	CMN
ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço urbano</li> <li>- Espaço rústico</li> <li>- Ocupação do solo</li> <li>- Paisagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificação urbana - qualificação do espaço público e recuperação de edificado;</li> <li>- Ordenamento do espaço urbano e do espaço rústico.</li> <li>- Ordenamento agrícola e florestal;</li> <li>- Desenvolver condições de uso sustentável da Paisagem na sua dimensão produtiva, ambiental e cultural.</li> </ul>	- Espaços públicos requalificados	- Área de espaços públicos requalificados (m <sup>2</sup> )	CMN
			- N.º Edifícios recuperados	- N.º Edifícios recuperados	CMN
			- Habitações dispersas	- Número de habitações dispersas construídas	CMN - PDM
			- Solo Urbano e Solo Rústico	- % de Solo Urbano e % de Solo Rústico no concelho	CMN - PDM
			- Área Agrícola e Área Florestal	- % de Área Agrícola e % de Área Florestal	CMN - PDM
DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO E TECNOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades com base nos produtos locais tradicionais</li> <li>- Atividades na base da investigação e inovação</li> <li>- Recursos humanos</li> <li>- Ensino</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Credibilizar a origem e o processo de produção agrícola, pecuária e de transformação agroalimentar, favorecendo a inovação de processos produtivos e produtos de empresas consolidadas;</li> <li>- Incentivar a fixação de empresas que orientem a sua atividade na base da investigação e inovação;</li> <li>- Potenciar a fixação de valores da qualificação dos</li> </ul>	- Atividades económicas, ligadas aos produtos locais e ao turismo	- n.º de Atividades económicas, ligadas aos produtos locais e ao turismo	CMN
			- Intensidade turística	- N.º de visitantes por ano	CMN
			- Investimento municipal em ações de apoio ao Investimento e Desenvolvimento sócio económico e tecnológico	- Verbas municipais aplicadas em ações de apoio ao Investimento e Desenvolvimento sócio económico e tecnológico	CMN
			- População	- N.º de habitantes: pop. Residente / pop. Ativa	INE

















































FATORES AMBIENTAIS	CRITÉRIOS	OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	DESCRIÇÃO	FONTES DE INFORMAÇÃO
		produtos e da formação/educação dos recursos humanos.	- Nível de qualificação dos ativos	- Nível de qualificação dos ativos.	INE
			- Nível de escolaridade	- Nível de escolaridade da população por faixa etária	INE
SAUDE PUBLICA E BEM ESTAR	- Saúde humana e "Bem estar" da população	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de hábitos de vida saudáveis;</li> <li>- Aumento da qualidade de vida com repercussões na saúde;</li> <li>- Promoção/execução de Infraestruturas de saúde pública;</li> <li>- Otimização das infraestruturas de água e saneamento básico;</li> <li>- Controlo do teor de radioatividade no ambiente;</li> </ul>	- População servida por abastecimento de água	- % População coberta por abastecimento de água	INE;CMN
			- Qualidade da água para consumo humano	- % de análises de água para consumo humano cujos Parâmetros de Qualidade tem valor dentro dos limites fixados por Lei	CMN
			- Qualidade da água termal	- % de análises de água termal na captação, cujos Parâmetros de Qualidade tem valor dentro dos limites fixados por Lei	CMN
			- População servida por programas de apoio a atividades socioculturais	- % da população servida por programas de apoio a atividades socioculturais	CMN;
			- Programas de apoio à terceira idade	- n.º de Programas de apoio á terceira idade	CMN;
			- População servida por infraestruturas de apoio a atividades desportivas e de lazer	- % População servida por infraestruturas de apoio a atividades desportivas e de lazer	CMN;
			- População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	- % População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	INE; CMN
			- População servida pela unidade móvel de saúde	- % de população servida pela unidade móvel de saúde	Centro saúde


FATORES AMBIENTAIS	CRITÉRIOS	OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	DESCRIÇÃO	FONTES DE INFORMAÇÃO
RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espécies invasoras</li> <li>- Condições atmosféricas</li> <li>- Incêndios</li> <li>- Contaminação Radioatividade</li> <li>- Erosão solos</li> <li>- Cheias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controlo e minimização de efeitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verbas municipais aplicadas em ações de prevenção dos riscos naturais e tecnológicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verbas utilizadas em ações de: eliminação/controlo de espécies invasoras; prevenção de incêndios; controlo da erosão dos solos e das cheias;</li> <li>- Verbas utilizadas em ações de monitorização e controlo do nível de radioatividade do meio ambiente.</li> <li>- nº de ocorrência dos riscos e respetivos efeitos associados, verificadas de 5 em 5 anos.</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocorrência dos riscos e respetivos efeitos associados, com as medidas territoriais implementadas</li> </ul>		
GOVERNANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação</li> <li>- Responsabilização</li> <li>- Abertura</li> <li>- Eficácia e coerência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a participação dos cidadãos na decisão do futuro em articulação com os instrumentos de planeamento e gestão prospetivos (fórum dos cidadão)</li> <li>- Facilitar o acesso á informação;</li> <li>- Simplificação e desmaterialização</li> <li>- Prestação de contas /avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessões públicas de discussão promovidas pelo município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de sessões de discussão pública promovidas pelo município</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agentes envolvidos nas sessões públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º e tipologia de agentes envolvidos</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos, programas e ações municipais sujeitos a discussão pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº projetos, programas e ações municipais sujeitos a discussão pública</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilização da informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º locais com informação disponível</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços municipais que permitem interação <i>online</i> dos utentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º Serviços municipais que permitem interação <i>online</i> dos utentes</li> </ul>	CMN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório para leigos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº de relatórios para leigos, dos instrumentos provisionais (Orçamento e GOP) e Prestação de contas, executados e publicados <i>online</i> anualmente</li> </ul>	CMN

## 9 Relação entre os Fatores Ambientais Relevantes para a AA (E) e os Objetivos Estratégicos do Plano

A Tabela seguinte relaciona os Fatores Ambientais considerados relevantes para a elaboração da AA (E) e os Objetivos Estratégicos do Plano em revisão.

Tabela 32- Relação entre os Fatores Ambientais Relevantes e os Objetivos da Revisão do PDM

FATORES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
	Aumentar a atratividade do concelho	Promover a sustentabilidade da paisagem	Evidenciar os recursos locais próprios do território	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
Recursos naturais						
Biodiversidade						
Património cultural e paisagístico						
Ordenamento e gestão do território						
Desenvolvimento socioeconómico e tecnológico						
Saúde pública e bem-estar						
Riscos naturais						
Governança						

Relação direta 

Relação indireta 

A estratégia para o desenvolvimento e ordenamento do território denota uma forte ligação com os fatores ambientais propostos, evidenciando-se os recursos próprios do território concelhio entendidos na sua dimensão de aproveitamento sustentável e de forma a aumentar a atratividade do concelho.

## 10 Execução e Monitorização

Esta fase ocorre após a aprovação do plano, acompanhando de modo sistemático a execução das soluções de planeamento adotadas pelo mesmo, monitorizando e avaliando as alterações fundamentais que possam ocorrer no ambiente e no território, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos durante todas as fases da AA(E) anteriores à aprovação do plano.

Esta fase deve ser utilizada para permitir uma avaliação de execução do PDM e abrir novos ciclos de planeamento.

Para a concretização desta fase as principais atividades a desenvolver serão:

- 1-Criação de equipa interna de acompanhamento da AA(E);
- 2- Implementação de um programa para controlo da execução do plano e monitorização dos seus efeitos no ambiente, através dos indicadores previstos na AA, periodicidade e métodos de recolha e análise dos dados recolhidos;
- 3- Registrar e divulgar publicamente os relatórios integrados de avaliação sistemática e periódica (envio anual dos resultados do processo à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho);
- 4- Assegurar que a informação chega aos serviços da Câmara responsáveis pela execução do plano de modo a identificar os efeitos negativos ou conflitos encontrados ou as oportunidades entretanto surgidas.

## 11 Notas Finais

A Revisão do PDM de Nisa estabelece o desenvolvimento do concelho em diversos domínios de oportunidades. Aposta na concentração urbana e qualificação dos seus equipamentos e infraestruturas como melhoria de qualidade de vida, nos recursos e produtos locais de qualidade e na inovação enquanto motores para o desenvolvimento industrial e turístico, na preservação da biodiversidade e sustentabilidade da paisagem como garante do correto uso da paisagem na sua dimensão produtiva, ambiental e cultural potenciando os seus caracter de excecionalidade e recetividade, na formação dos mais jovens, coesão social e participação publica como princípio á abertura do processo de governação e tomada de decisão á sociedade civil.

O desordenamento florestal e agroflorestal, o abandono das atividades silvopastoris, envelhecimento da população e incapacidade do meio rural para fixar os jovens são entraves aos princípios anteriormente focados. A aposta dos planos de ordenamento a nível superior (PROFAA) é claramente a da predominância da floresta de produção no concelho, por experiencia de vários anos sabe-se que, em Nisa, esta é orientada sobretudo para a produção de pasta de papel sendo o eucalipto a espécie predominante e acreditando-se no aumento da sua área. Também a experiência, nos remete para o ordenamento e práticas de cultivo deficientes em termos da sustentabilidade do território, o que nos leva a considerar alguns riscos ambientais, como proteção de linhas de água, aumento da erosão dos solos, fogos florestais e abandono de terras. A Câmara, á luz da legislação existente tem uma diminuta intervenção no processo, remetendo-se para a sensibilização e fiscalização, pelo que esta deverá ser uma aposta prioritária.

Ainda a falta de iniciativa privada e investimento na indústria, se nos apresentam como risco às oportunidades delineadas, pelo que, a criação de incentivos á instalação de indústrias, a aposta na inovação e no seu desenvolvimento em fileiras, bem como a complementaridade intermunicipal se nos afigura como necessária.



## 12 BIBLIOGRAFIA

*CÂMARA MUNICIPAL DE NISA (1994), Plano diretor Municipal de Nisa, CMN, Nisa*

*CÂMARA MUNICIPAL DE NISA (1994), Estudos Preliminares de Caracterização do Plano diretor Municipal de Nisa- 1ª Revisão, CMN, Nisa*

*CENTRO DE ESTUDOS DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (2008) Linhas de Orientação Estratégica para o Concelho de Nisa; CMN, Nisa*

*COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (2008) Relatório Ambiental-Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, CCDRA, Évora*

*INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (2006) Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal – Continente; MADRP; Lisboa*

*DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2003), Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, MCOTA – DGOTDU, Lisboa.*

*DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2008), Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, – DGOTDU, Lisboa.*

*UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA-DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, (2006) Relatório dos fatores críticos das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do QREN (2007-2013) e Diretiva Europeia 2001/42/CE, Observatório do QCAIII; Lisboa*

*CAMARA MUNICIPAL DE NISA; FCT AMNA (2008),Relatório da Agenda 21 Local de Nisa; CMN, Nisa*

*RAMOS, Tomás B., (2006), Aulas de Gestão de Recursos e Economia Ambiental-Avaliação Ambiental Estratégica - Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental- Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; UNL*

## ANEXOS